

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

VERONICA SALIBA MALUF

TRAGÉDIA DO AMOR

Narrativas de amor e ódio do feminicídio

Especialização em Semiótica Psicanalítica – Clínica da Cultura

São Paulo

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

VERONICA SALIBA MALUF

TRAGÉDIA DO AMOR

Narrativas de amor e ódio do feminicídio

Especialização em Semiótica Psicanalítica – Clínica da Cultura

Monografia de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, promovido pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE/PUC-SP. Requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Semiótica Psicanalítica: Clínica da Cultura. Trabalho sob orientação da Prof^a. Dr^a. Isabel Victoria Galleguillos Jungk.

São Paulo

2022

Agradecimentos

Deixo um obrigada muito especial para a Alissa Lavynia Dias, Anna Paulo Santos e Elis Miguele de Sá que me ajudaram, ouviram e apoiaram durante todo o processo do curso e, também, para a professora Isabel Jungk que me acompanhou nessa jornada desde o início.

"Violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino."

HELEIETH SAFFIOTI

(2004, p. 81)

Tragédia do Amor: Narrativas de amor e ódio do feminicídio

VERONICA SALIBA MALUF

Resumo

O fenômeno do feminicídio será analisado a partir da perspectiva da psicanálise, com base nos conceitos de desejo e pulsão, elaborados por Freud, e de simbólico, como desenvolvido por Lacan, com o objetivo de encontrar possíveis explicações para a violência contra a mulher. O estudo parte da hipótese que o comportamento violento dos indivíduos que cometem este tipo de crime tem como causa-raiz os mecanismos psicológicos e a movimentação inconsciente fundadas em no modo como o sujeito se relaciona com aspectos culturais do patriarcado enquanto esquema simbólico que modela as relações intersubjetivas. Ao colocar a violência na posição de sintoma e entender o processo histórico da dominação masculina, o signo de amor é colocado no centro da discussão como justificativa utilizada para o crime cometido, ao mesmo tempo em que se apresenta como um paradoxo no limite entre os afetos de amor e ódio. Busca-se mostrar que o comportamento violento é uma maneira que o sujeito tem de lidar com a estrutura de poder da sociedade patriarcal quando sente a ameaça de perder a posição de dominação material e simbólica que ocupa. O feminicídio, então, poderá ser entendido como uma consequência de uma estrutura que coloca a mulher na posição de objeto por meio do qual o homem tentará restabelecer sua posição perdida de poder. Analisando situações reais e narrativas ficcionais, é possível observar esse movimento de tentativa de retomar o controle, porém sob um discurso que coloca a violência como uma forma de amor. Como consequência, a violência de gênero se mostrará como um ato desesperado de um sujeito cuja ordenação psíquica não comporta outros modos e estratégias de lidar com a frustração que se impõe no real. Entretanto, a psicanálise oferece alternativas e mostra que há outras formas pelas quais o sujeito pode transformar seu sofrimento que não pela via da agressão e violência de gênero.

Palavras-chave: Feminicídio. Amor. Simbólico. Violência. Desejo.

The tragedy of love: Femicid narratives of love and hate

VERONICA SALIBA MALUF

Abstract

The phenomenon of femicide will be analyzed from the perspective of psychoanalysis, based on the concepts of desire and drive, as developed by Freud, and of symbolic, as developed by Lacan, with the objective of finding possible explanations for violence against women. The study starts from the hypothesis that the violent behavior of individuals who commit this type of crime has its cause rooted in psychological mechanisms and unconscious movements based on the way the subject relates himself to cultural aspects of patriarchy as a symbolic scheme that shapes intersubjective relationships. By placing violence in the position of a symptom and understanding the historical process of male domination, the sign of love is placed at the center of the discussion as a justification for the committed crime, at the same time that it presents itself as a paradox in the limit between the affections of love and hate. The study seeks to show that violent behavior is a way that the subject finds to deal with the power structure of patriarchal society when he feels the threat of losing his position of material and symbolic domination. Femicide, then, can be understood as a consequence of a structure that places women in the position of an object through which men will try to reestablish their lost position of power. Analyzing real situations and fictional narratives, it is possible to observe this movement of trying to regain control, though under a discourse that depicts violence as a form of love. Consequently, gender violence will show itself as a desperate act of a subject whose psychic order does not include other ways and strategies of dealing with the frustration that imposes itself on the real. However, psychoanalysis offers alternatives and shows that there are other forms by which the subject can transform his suffering, other than through aggression and gender violence.

Keywords: Femicide. Love. Symbolic. Violence. Desire.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 - Feminicídio como sintoma patriarcal	10
1.1 - Do amor ao ódio: a origem da violência de gênero	10
1.2 - A face do feminicídio real	18
1.3 - Porquê falar em feminicídio	22
Capítulo 2 - Feminicídio como processo histórico	26
2.1 - Cultura, patriarcado e violência: estabelecendo bases comuns	26
2.2 - Psicanálise como via para entender a violência contra a mulher	30
Capítulo 3 - Feminicídio como consequência cultural e psicológica	35
3.1 - Processo histórico da condição da mulher como objeto	35
3.2 - Violência em nome do amor e a dominação masculina	37
3.3 - Se faço isso, é porque te amo	43
3.4 - Patriarcado como catalisador do desejo	51
Considerações Finais	59
Referências Bibliográficas	61

Introdução

Ao longo da história, a violência contra a mulher e o feminicídio foram utilizados como ferramentas para manutenção do poder masculino e para reafirmar a posição de submissão da mulher. Contudo, a forma como este tipo de crime se organiza é bastante peculiar e acompanha uma série de signos que apontam para o modo como o inconsciente masculino se organiza e para a estrutura do campo simbólico enraizada em uma cultura patriarcal e capitalista.

Assim, em um primeiro momento, este fenômeno será analisado como sintoma patriarcal, ou seja, a partir de uma perspectiva histórica para encontrar suas origens e traçar uma relação entre os fatores que compõem a violência de gênero na atualidade, observando suas raízes na criação do patriarcado. Para embasar essa perspectiva, casos reais e narrativas serão brevemente estudados com o objetivo de entender como a dualidade entre amor e ódio se apresenta enquanto um mecanismo que, de modo simultâneo, justifica e incentiva o sujeito masculino a tomar atitudes agressivas quando colocado em posição de desconforto ou em situações nas quais se sente ameaçado.

Em um segundo momento, o feminicídio será observado como processo histórico e haverá a conceituação teórica a partir da psicanálise para delimitar as ideias apresentadas no primeiro capítulo, pois é fundamental entender o que há por trás destes comportamentos. Além disso, é preciso compreender a extensão da cultura e como a dominação masculina dialoga com a construção do inconsciente, uma vez que a violência, por exemplo, é algo que depende profundamente das condições simbólicas para se materializar. Para isso, a própria condição de violência será definida de forma breve antes de seguir para uma análise a nível do sujeito.

E, por fim, a condição feminina de objetificação será colocada como condição cultural e psicológica pela qual o feminicídio se legitima nos discursos que buscam justificá-lo, partindo da ideia de que sua vida tem valor inferior e, portanto, sua submissão é dada como natural. A confusão entre os afetos que levam o homem à agressão, partindo da visão psicanalítica sobre as pulsões também é um ponto chave para entender a motivação da violência, uma vez que as narrativas justificam este tipo de crime como um ato de amor desmedido, e não como o que realmente é: a aniquilação do outro. Entende-se, portanto, que o feminicídio é um espelho da angústia masculina para lidar com seu fracasso ao se deparar com um descompasso entre o real e o

imaginário, partindo para a agressão como modo de tentar retomar o controle e restabelecer seu poder simbólico, e, no processo, é necessário exterminar a mulher, ou seja, o outro, que representa o declínio do seu poder.

Como forma de conclusão, considera-se que uma mudança gradual do campo simbólico é desejável e possível, a fim de criar novas perspectivas de relacionamentos que não sejam contaminados por significantes que remetem à agressividade.

Capítulo 1 - Feminicídio como sintoma patriarcal

1.1 - Do amor ao ódio: a origem da violência de gênero

O foco da pesquisa é estudar os sentimentos opostos de amor e ódio e sua conexão com o feminicídio e as articulações do desejo do sujeito, em contraste com a estrutura social do patriarcado. O que pode soar como um paradoxo, a julgar pelo significado mais comum para estes termos, uma vez que eles são conceitos que se alinham a partir do viés do inconsciente forjado sob o sistema da dominação masculina e, assim, estes elementos serão lidos como sintomas que afetam todo um coletivo.

A concepção desta análise surge a partir de uma posição de questionamento acerca de narrativas que existem sob o discurso que associa comportamentos violentos e agressivos de homens como uma forma de amor por mulheres. Partindo desta perspectiva, será traçada uma hipótese em que elementos culturais, simbólicos e psicológicos serão conectados para delinear um possível entendimento do porquê o crime de feminicídio é tão recorrente quase sempre dentro da mesma narrativa onde os agressores são homens que possuem um relacionamento próximo com a vítima.

Esse entendimento partirá, sobretudo, da união entre a teoria feminista e estudos de gênero, iniciando-se na base histórica que inaugurou o sistema de dominação masculina, e, posteriormente analisando a violência masculina à luz de sua raiz estrutural, e da psicanálise para dar uma forma ao modo como cada sujeito do sexo masculino individualmente é afetado e está imerso em uma narrativa de legitimação para suas ações que, de maneira geral para eles, são uma demonstração de poder.

A hipótese será desenrolada através de uma abstração sobre como o desejo do sujeito encontrará resistência no meio externo, e, então, como o corpo será um intermediário de diálogo entre o real e a estrutura simbólica que dá sustentação à sociedade.

Outro ponto fundamental será, também, o jogo entre o indivíduo como agente ativo na manutenção desta estrutura de dominação e, simultaneamente, como ator passivo dentro de um sistema simbólico do qual não pode escapar facilmente. Assim, feitos os devidos recortes dentro do tema, que é bastante vasto e complexo, o propósito deste estudo é de evidenciar a ligação entre o feminicídio e, a partir de suas raízes

culturais, encontrar seus pontos de contato com o modo como o desejo se configura no contexto atual.

Os impulsos que levam ao feminicídio são, como veremos ao longo do estudo, de natureza conflituosa. Será adotada, então, a hipótese de que estes impulsos nascem de uma interseção entre uma cultura que, simultaneamente, despreza mulheres, enquanto que as trata como objetos de posse, e regula o domínio sobre seus corpos e liberdade, e um desejo contrariado, culminando no ato último de violência: a aniquilação do outro para cessar a tensão causada pela presença do objeto que gera desprazer, a mulher.

O objetivo desta pesquisa é entender possíveis caminhos para explicar o porquê deste comportamento que se repete através dos anos na história e argumentar que, ao contrário de ser algo desviante, o feminicídio e a violência de gênero são expressões do patriarcado em seu estado mais “saudável”, pois, na realidade, é algo danoso para o bem-estar da sociedade como um todo, uma vez que sua própria estrutura estimula este desfecho, criando as condições para que o desejo se materialize em formato de agressão como expressão de poder e dominação contra o outro sem, que haja a devida responsabilização do agressor.

Longe da pretensão de encontrar respostas, a intenção é estimular a reflexão sobre este problema, que é apenas um dos vários resultados e facetas de séculos de opressão feminina, e entender como a construção psicológica masculina é uma parte importante dessa dinâmica de poder. A ideia não é individualizar a situação como algo descolado de um sistema histórico complexo, mas, pelo contrário, é ler a violência como resultado da articulação entre aspectos internos e externos ao sujeito.

Partindo do ponto **central** de que existe algo entre o desenvolvimento do inconsciente dos indivíduos e a estrutura do patriarcado que, quando combinados, resultam em um sentimento conflituoso situado no limiar entre amor e ódio, angústia e controle. Este "algo" que buscamos neste local intermediário é a linguagem e o campo simbólico, que irá pouco a pouco se inscrevendo e moldando o próprio inconsciente.

Assim, a premissa de analisar esse cenário como algo coletivo e estrutural será sustentada a partir da concepção de que a linguagem nos antecede e, por esse motivo, o sujeito adapta-se ao real através da linguagem, criando, assim, sua forma de lidar com a realidade. Realidade individual que, quando cruzada com um sistema de poder

opressivo, cria as circunstâncias para que muitos homens vejam na agressividade um modo de expressar a incompatibilidade entre o que experienciam e o que seu desejo demanda.

Essa amálgama de sentimentos contraditórios, em geral, é categorizada de modo genérico como ciúmes na narrativa social. Não é incomum que o próprio termo "ciúmes", independentemente de seu significado formal, encontre um território de significação positiva no vocabulário cultural, como algo inerente ao amor e, inclusive, desejável como forma saudável de demonstração de um afeto pelo outro, indicando exclusividade e possessividade como atributos sempre benignos entre os participantes daquele relacionamento — para aprofundarmo-nos nesse significante seria necessário esboçar um breve comentário a respeito das origens da monogamia, porém este não será o foco por enquanto.

A questão sentimental que envolve o indivíduo masculino nesse cenário, o ciúme, de modo geral, age como justificativa para desencadear reações violentas e cria camadas sobrepostas à realidade que dão legitimidade à passagem à hostilidade. Essa interpretação pode ser entendida como um modo de expressão de algo do interior do sujeito com relação ao objeto de desejo no momento em que ele se sente ameaçado pela perda ou separação. Embora seja um sentimento normal, o ciúme, que neste cenário transcende seu sentido original e passa a manifestar-se como um sentimento patológico de posse e controle, é um dos afetos propulsores que levam os indivíduos masculinos à materialização da agressão contra a mulher.

Esse espaço entre os sentimentos do sujeito em contraste com o universo palpável do real será sempre um processo de auto-ficção onde o homem, no caso, poderá “pintar” a cena tal qual deseja, e acreditar em sua versão dos fatos para fundamentar o motivo de sua angústia, sobretudo imprimindo ao objeto de seu afeto, a mulher, no caso, uma viscosa camada de culpa e malignidade, criando sua própria concepção de realidade que, posteriormente, justificará seu comportamento.

Neste ponto, podemos trazer uma citação de Lacan (1988, p. 62), onde ele coloca que "a realidade é precária. E é justamente na medida em que seu acesso é tão precário, os mandamentos que traçam sua via são tirânicos. Enquanto guias para o real, os sentimentos são enganadores". Partindo disso, entendemos que, de modo geral, a criação desta realidade movida pelos afetos em conjunto com um sistema simbólico que

legítima e promove a violência de gênero, é um pretexto para a elaboração de um cenário falso onde a violência se impõe como saída razoável.

O momento de concretização do crime é um produto direto da construção desta lógica ficcional. Sentindo-se senhor da realidade, e, se tomarmos o próprio conceito de realidade como um produto criado pela forma que o sujeito vê o mundo, ele de fato o é, o homem encontra na agressividade o caminho para confrontar o desprazer que lhe é causado pelo outro.

Mais um ponto importante a ser explorado ao longo do estudo é a condição da mulher como estranha ao homem e, como resultante desta posição, sua presença sempre terá algo de incômodo e, talvez, até mesmo de repulsivo pela relação particular com os significantes da cultura patriarcal. Dessa maneira, empoderado pela circunstância, o agressor é tomado por afetos que lhe turvam as lentes com as quais observa e interage com a realidade e, assim, o indivíduo masculino sofre uma vertiginosa queda de consciência, entrando em estado mental de pura cólera e agressividade.

Podemos observar um retrato primoroso desse esfacelamento da consciência e a irrupção do sentimento agressivo na letra de “Domingo no Parque” de Gilberto Gil (1968). Ressalto a escolha do autor pela palavra “corpo” após a consumação do crime — a vítima, ao morrer, deixa de ser identidade e passa a ser inteira objeto, inerte, que não mais representa ameaça para o agressor:

Foi no parque que ele avistou Juliana
 Foi que ele viu
 Foi que ele viu Juliana na roda com João
 Uma rosa e um sorvete na mão
 Juliana seu sonho, uma ilusão
 Juliana e o amigo João [...]
 Olha a faca! {olha a faca!}
 Olha o sangue na mão (ê José)
 Juliana no chão (ê José)
 Outro corpo caído (ê José)

Contudo, é pertinente fazer a ressalva de que, apesar do estado de confusão da consciência, este sujeito de maneira alguma encontra-se isento de suas faculdades racionais. Freire Costa (1986, p. 28) faz uma reflexão sobre a articulação entre razão e emoções que, por mais que no sentido mais comum sejam características mutuamente excludentes, na realidade são propriedades que se completam de certo modo.

Posteriormente, Freire Costa (1986, p. 28) ainda justifica sua posição ao exemplificar casos de violência premeditada, nos quais se enquadram em diversos casos de feminicídio:

A primeira acepção do termo irracionalidade, quando associado à violência, é a de 'emocional'. [...] Estabelece-se uma equivalência entre violência, irracionalidade e descontrole emocional. [...] No entanto, um comportamento 'emocional' (no sentido de comportamento impulsivo, descontrolado, que é o sentido difundido no senso comum) não é um comportamento destituído de razão.

No entanto, este momento de ruptura pode ser entendido como um ato desgovernado e desesperado como resposta à perda simbólica do poder com relação ao objeto do desejo. Entretanto, é oportuno acrescentar que, de um modo geral, casos de feminicídio são o último degrau de uma escalada de violência que, a cada vez praticada, apenas causa mais desgaste e frustração, escancarando a impotência que este indivíduo masculino tem de controlar o outro.

Assim, uma vez que o sujeito se vê desprovido da influência que julgava possuir sobre a realidade que construiu para si, sua construção fantasiosa de realidade é estilhaçada. Ele parte para a agressividade como forma de tentar retomar um status supostamente perdido do qual gozava anteriormente, quanto julgava-se possuidor do domínio sobre a outra pessoa, embora isto não passe de uma inventividade falaciosa de sua própria construção narrativa de poder patriarcal. A esse respeito, Saffioti (2004, p. 84) aponta que:

As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens - sempre vinculados à força - são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo.

Ainda de modo a completar esta colocação, Bourdieu (2012, p. 65) coloca que "a virilidade é algo que precisa ser provada perante os outros homens de um grupo e que é por meio da violência que o indivíduo masculino poderá fazer parte do grupo dos 'verdadeiros homens'". A própria construção da masculinidade está calcada na ideia de que poder, violência e dominação são sinônimos.

Ou seja, a violência neste cenário é utilizada simultaneamente para recobrar sua influência e poder sobre o outro, mas, também, para manter seu lugar e seu status social perante a classe masculina, uma vez que o homem sente-se intimidado e constrangido perante uma demonstração de individualidade do outro, neste caso, a mulher. Ao postar-se de modo que contraria o desejo masculino, a mera presença feminina passa a representar uma ameaça deste espaço de dominação, expondo a fragilidade com que estes laços de poder são construídos. Assim, a violência é vista como um recurso bastante viável para restabelecer o local de poder masculino.

De modo complementar, entenderemos a violência de gênero como uma manifestação de sintomas psicossomáticos, como algo que irrompe no corpo e concretiza-se no mundo exterior ao sujeito. Com isso, poderemos investigar como essa passagem ao ato contra o outro acontece: como sintoma de algo que formou-se no inconsciente e escapa às vias da consciência. O conceito de dor, sob a lente da psicanálise, trabalhado por Nasio em *O livro da dor e do amor* (1997) será um apoio neste contexto. O autor declara que a dor, enquanto sintoma, é uma manifestação exterior de uma pulsão inconsciente recalcada.

Esta formulação nos aproxima da ponte entre a perda de poder sobre o outro, o objeto de seu desejo, como um afeto doloroso para o indivíduo que o vivencia, levando-o, então, a materializar seu sentimento de desprazer como uma descarga que irrompe na consciência com imensa potência. A violência empregada pelos homens, por este viés, pode ser entendida como uma expressão de um desejo inconsciente que, ao chocar-se com o real, converte-se em algo odioso, um impulso de aniquilação dirigido contra a fonte de desprazer naquele objeto, o outro.

O próprio universo simbólico do patriarcado seria, então, o agente dessa transformação, ao oferecer um território hostil para esse desejo, uma vez externalizado. A cultura cria um cenário onde o objeto do desejo é simultaneamente amado e odiado, causando, assim, um estado de conflito e tensão que é potencializado pela existência da mulher, ainda que esta sequer tenha uma posição ativa na equação.

Retomando um conceito de Freud citado por Lacan (1988, p. 69), podemos associar este comportamento com uma neurose obsessiva na qual a finalidade regulatória do princípio de prazer é justamente afastar-se do que causa prazer excessivo, o que é vivenciado pelo sujeito como um **imenso** desprazer. Nas palavras de Lacan, "[o

comportamento obsessivo] sempre se regula para evitar aquilo que o sujeito vê, frequentemente de modo bastante claro, como sendo a meta e o fim de seu desejo [...] o objeto em relação a que a experiência de fundo se organiza, a experiência de prazer, é um objeto que literalmente traz prazer demais". Aqui é possível refletir sobre a tensão entre os opostos, prazer e desprazer, como sendo ações complementares com as quais o sujeito tem dificuldade para lidar, seja qual for o cenário. Os afetos, quando colocados no centro deste ambiente, acabam por sofrer mutações e criam formas caóticas de expressão.

Outro ponto de sustentação desta análise será pensar a cultura em si como sintoma. O padrão repetido incessantemente será ele mesmo observado como um sintoma que conduz à forma com que nos relacionamos uns com os outros dentro desta estrutura. Sobre este vínculo cultural, Santaella (2004, online) pontua que “os sintomas variam de acordo com a ficção de cada época [...] [um] mal-estar que se impõe a nós, além de nós e nos interpela”. Neste caso, a hipótese levantada gira em torno de pensar a violência contra a mulher como sintoma da cultura patriarcal, ou seja, como uma expressão individual-coletiva de um sistema que monopoliza a instância do poder nas mãos dos homens, fazendo com que estes tenham controle por completo sobre o outro, podendo, inclusive, dispor da decisão de quem vive e quem morre conforme manda o seu desejo. Nesse aspecto, a agressão transcende a instância do indivíduo em uma relação um-para-um com a vítima e passa a ser um signo do poder masculino coletivo. Esse signo será a representação máxima de força e autoridade, servindo como um símbolo que contém em si as demais formas de dominação masculina.

Ademais, a própria utilização do termo "ficção" utilizado no trecho citado anteriormente complementa a ideia de que o crime cometido contra a mulher, tirando-lhe a vida, faz parte de uma elaborada narrativa ficcional sustentada pelas regras patriarcais da sociedade e pelo desequilíbrio da função do desejo no interior do sistema inconsciente do sujeito. O desejo masculino desconhece a insatisfação ou limites, e se movimenta livremente até culminar na eliminação do objeto que não o atende.

Por fim, partindo da noção da relação de posse, onde homens possuem mulheres como propriedade ou objeto, outra hipótese a ser desenvolvida brevemente como suporte para a tese central será da extensão de si no outro e como a concepção de propriedade privada afeta esse vínculo entre os sexos. Lerner (2019, p. 157) afirma que

se estabelece esse vínculo entre o homem e a mulher como bem. Nesse contexto, podemos entender que a posição da mulher-objeto é institucionalizada e torna-se um dos alicerces de toda a configuração da sociedade como a conhecemos hoje, como argumenta a autora. Isso contribui, portanto, para a naturalização da violência dirigida contra ela de modo a desumaniza-la e, ademais, colocá-la na posição de propriedade. Ou seja, a violação aqui deixa de ser lida como a violação da integridade de um ser humano, mas passa a ser uma violação contra a propriedade privada masculina.

Nessa configuração, a mulher jamais é vista e respeitada como um ser-humano em condição de igualdade com um homem, mas como um objeto ao qual ele tem livre acesso e total domínio. Podemos traçar as raízes históricas dessa tendência já em sociedades antigas que tinham a troca de esposas como uma prática comum, sendo a partir deste ponto que a mulher passa a ser reificada de modo sistemático. Ao ser descaracterizada enquanto indivíduo, seu corpo é transformado em um objeto para a manutenção de laços entre homens e via para concretização do desejo masculino.

Ao passar por essa noção de objeto, o feminicídio será lido como uma reação em forma de agressão contra o outro, bem como a si mesmo pela sensação de dissolução das fronteiras de individualidade entre o eu e o objeto na relação amorosa, por mais que sua expressão seja de extrema violência. Neste mesmo sentido, é relevante acrescentar a posição defendida por Nasio (1997, p. 39) com relação à pessoa amada, onde “progressivamente, respondemos e nos apegamos a essa pessoa até incorporá-la e fazer dela uma parte de nós mesmos”. A hipótese é que essa relação é diretamente causada pelo descompasso entre o campo social, que difunde uma ideologia de superioridade masculina, e o desejo do inconsciente que fica desconcertado pela presença do outro como algo estranho e incômodo a si.

A violência direcionada à mulher, neste enquadramento, como um objeto de posse do homem, será como uma automutilação para cessar a voz do desejo distorcido que é desautorizado pela sociedade, quase como uma resposta reflexiva a esse sentimento de estranheza. Deste ângulo podemos ainda trazer a ideia da propensão do sujeito incompleto de estar sempre orbitando ao redor de sua falta com a busca impossível pelo estado de completude. Aqui a assimilação da mulher como objeto do desejo pode ser entendida como uma literalização dessa dinâmica pois, uma vez que a mulher-objeto afasta-se do homem, esse vazio constitutivo reverbera dentro de si e

torna-se um sofrimento insuportável e, como consequência, ele será compelido a tomar uma ação contra aquilo que o fere.

Do mesmo modo, teremos de entender como a ascensão da propriedade privada terá grande participação nesta dinâmica de poder e na construção da estrutura patriarcal, sobretudo quando observamos a instituição do casamento, bem como outros modelos de relacionamento equivalentes. Recorrendo à Beauvoir (2016, p. 84), é possível afirmar que, a partir deste ponto, a relação com a mulher como propriedade privada institucionalizada pelo Estado se dá a fim de garantir a manutenção da riqueza dentro das famílias, constituindo-se, assim, a primeira configuração de classes da sociedade. Essa regulamentação oficial legitimou a dinâmica onde o marido, ou o parente homem mais próximo da mulher, tem plenos direitos sobre ela, podendo agredi-la e controlar seu comportamento como bem entender — a autora coloca que, desde então, a mulher passa a ser tutelada pelo cônjuge.

É possível, de certa forma, partindo de algumas abstrações e entendendo os processos de forma simbólica e não literal, ler esse processo como um espelho do movimento psíquico do sujeito que busca a assimilação do objeto na tentativa de aplacar a incompletude e sentir-se novamente como um ser inteiro, completo.

Independentemente do como se dá essa articulação a nível individual, esse contexto aponta sempre para modos coletivos de lidar, ou até mesmo de tentar negar, a falta constitutiva do sujeito. Podemos, inclusive, considerar a hipótese de que uma das bases da formação da estrutura patriarcal tenha sido a relação de medo do homem com a mulher pela sua capacidade biológica e que, para compensar tamanho poder desconhecido, foram criados mecanismos externos para coerção e supressão do potencial feminino, dando, assim, os primeiros passos para a construção de uma relação de poder entre os sexos.

1.2 - A face do feminicídio real

Primeiro, é necessário estabelecer o que será entendido como *feminicídio* daqui por diante. Utilizaremos a concepção empregada pelo campo jurídico vigente na atual constituição para delimitar esta modalidade de violência. Assim, o feminicídio é definido como:

homicídio doloso praticado contra a mulher por ‘razões da condição de sexo feminino’, ou seja, desprezando, menosprezando, desconsiderando a dignidade da vítima enquanto mulher, como se as pessoas do sexo feminino tivessem menos direitos do que as do sexo masculino. (ORTEGA, 2015, online)

Vale uma digressão para justificar o motivo desta escolha, uma vez que importar uma definição legal pode parecer fora de propósito. A lei do feminicídio foi promulgada somente no ano de 2015, ou seja, até então não havia nenhum aparato legal que garantisse uma categoria específica para esta modalidade: o crime cometido em decorrência do sexo da vítima como motivador. Entendemos esse movimento jurídico como uma medida simbólica acerca de um comportamento e de seus arredores culturais. Neste sentido, as leis sempre tiveram sua parcela de importância para entender o funcionamento social na qual elas estão inseridas:

A promulgação de uma lei sempre indica que a prática que está sendo criticada ou sobre a qual se está legislando existe e se tornou problemática na sociedade. [...] O que a lei faz é estabelecer limites para o comportamento admissível, além de nos oferecer orientações aproximadas sobre as estruturas sociais subjacentes às leis. (LERNER, 2019. p. 141)

Passando então para alguns dados reais, algumas características chamam a atenção quando analisamos os padrões e estatísticas do crime de feminicídio. De acordo com o relatório da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara de Deputados, *Mapa da Violência Contra a Mulher* (2018, online), 92,5% dos casos de feminicídio registrados no Brasil são cometidos por homens que têm ou tiveram, em algum momento, um relacionamento amoroso com a vítima. Ainda com dados do relatório, desde a aprovação da Lei do Feminicídio, foram computados 15.925 casos – deve-se ainda considerar a taxa de subnotificação desse tipo de crime e casos não enquadrados dentro do artigo.

O número cresce a cada ano: com dados do *Monitor da Violência* do portal G1 (2020, online), o primeiro semestre de 2020 teve um aumento de 2% no número de homicídios motivados pelo gênero da vítima, situação agravada pelo isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, uma vez que neste cenário muitas mulheres se viram confinadas com seus agressores no decorrer dessa fase. Durante o mesmo período, em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, também publicada pelo portal G1 (2021, online), uma em cada quatro mulheres ouvidas pelo estudo foi vítima de

algum tipo de agressão, sendo que destas, quase metade (48,8%) sofreram algum tipo de violência dentro da própria casa.

Estes números ilustram uma realidade cruel na qual a mulher, objetificada ao último grau possível, torna-se indigna de continuar vivendo, senão em função daquele que a deseja e, simultaneamente, quer destruí-la. Quando este frágil vínculo entre amor e ódio é quebrado, o algoz sente-se investido de autoridade pela própria cultura e, então, age de modo tomado pela cólera e desconta sua angústia e frustração contra o outro.

De acordo com levantamento realizado pelo instituto Datafolha publicado pelo G1 (2021, online), os maiores perpetradores da violência contra a mulher são cônjuges, namorados e parceiros das vítimas, representando um total de 25,4% dos agressores. Os motivos, muitas vezes, giram em torno de temas que cercam o próprio relacionamento ou comportamentos que, para uma parcela dos homens, quiçá da própria noção social, são inapropriados para mulheres. Algumas das mais frequentes justificativas encontradas pelos agressores são término do relacionamento por parte da mulher ou uma suposta traição cometida por ela. A verdade é que, nessas situações, a realidade pouco importa, uma vez que a agressão parte do próprio movimento psíquico do homem, do que se baseia sobre as condições materiais objetivas da circunstância. A este respeito, entendemos que a dinâmica pressupõe a culpa da mulher, num ciclo de auto-justificação, e, como coloca Beauvoir (2016, p. 257), "não há necessidade de demonstrar suas culpas: a ela é que cabe provar sua inocência".

A recorrência do padrão consistente no crime de feminicídio indica que os casos não são isolados e tampouco um novo sintoma no campo social, uma vez que existem evidências que apontam para este mesmo tipo de violência no passado. Há uma parcela expressiva do discurso popular que associa e normaliza essas ações como um ato emotivo, movido pelo amor que o agressor nutria pela vítima, contudo, essa suposta forma de paixão encontra-se sobreposta com uma camada de perversidade. Podemos observar que essa leitura é comum ao longo da história, sendo um componente presente em narrativas passadas há gerações.

Para trazer um exemplo que ilustra o modo como essas narrativas constituem-se através da história, podemos olhar rapidamente narrativas como contos de fadas ou o enredo de mitos clássicos, onde é possível entender essa dissolução das fronteiras entre os sentimentos. Neles fica claro que a linha entre o amor e a loucura confunde-se em

narrativas brutais que envolvem diversos graus de violência que recaem sobre as personagens femininas. Assim, podemos entender a permanência de um padrão de agressão baseada no sexo da vítima. Em decorrência dessa repetição histórica, a violência de gênero e o feminicídio serão lidos como sintomas da organização patriarcal. As narrativas atuais demonstram a sua persistência.

Não é somente no nível da ficção que este fenômeno é observável. Quando olhamos para evidências documentais, há diversos registros que corroboram esta suposição. A posição da mulher nas esferas pública e privada em sua relação com os homens demonstra como elas sempre foram vistas como objetos, sendo a violência à qual eram submetidas não somente aceita, mas regulamentada. Em análise do código de leis assírio, Lerner (2019, p. 157) aponta um trecho onde a agressão é legalmente descrita: "Para deixar explícita a extensão do poder do marido, a LMA § 59 afirma que, além dos castigos prescritos pela lei '[...] um homem pode (açoitar) sua esposa, arrancar (seus cabelos), pode ferir e destruir as orelhas (dela). Não há imputabilidade por isso".

Já na Roma antiga, para trazer mais um exemplo, o patriarca da família gozava do direito sobre a vida e a morte de sua esposa e de suas escravas. Esta é somente uma das diversas formas de dominação institucionalizada na cultura ao longo da história, porém, é constante o exercício do poder sobre o destino, os corpos e a capacidade reprodutiva de mulheres. Acerca dessa posição, em reflexão sobre a condição feminina na idade antiga, Lacan (1988, p. 179) afirma que "ela é essencialmente identificada como uma função social que não deixa lugar algum para sua pessoa e para sua 'liberdade própria". Mesmo quando olhamos para a história recente, apesar dos avanços que a sociedade experimentou, a situação da mulher continua nas mãos de homens, na dependência da vontade masculina e vulnerável contra suas investidas.

Alguns dos pontos centrais dessa dinâmica de poder, culpa e violência são perfeitamente ilustrados pelo caso Ângela Diniz, mais popularmente conhecido também como caso Doca Street, quando a socialite mineira foi assassinada por seu então parceiro. O crime, documentado no podcast *Praia dos Ossos* (2020), aconteceu no ano de 1976, contudo continua sendo tema de reflexões acerca do feminicídio até hoje e demonstra o poder desta linha narrativa. No julgamento que dividiu o Brasil, boa parte da defesa do agressor girava em torno da moralidade - ou falta dela - da vítima e da suposta "defesa da honra" de um homem apaixonado em estado de angústia e desespero

após a notícia do término do relacionamento. O caso, que se tornou um espetáculo midiático na época e até hoje atrai interesse, deu grande visibilidade para essa via narrativa que associa o amor como força motriz e para a agressão como forma de expressão do sentimento, na tentativa de expurgar o indivíduo masculino da culpa. A defesa de Raul Fernando do Amaral Street, o agressor, fez o uso do argumento de legítima defesa da honra na tentativa de desmoralizar a vítima e utilizou como pretexto para tal a justificativa de que o criminoso havia "matado por amor".

Durante o período do julgamento — entre 1979 e 1981 —, grupos feministas lançaram a campanha "quem ama não mata", como resposta à alegação feita pela defesa de Doca Street. Esse slogan mostra como na cultura patriarcal as definições de amor e ódio andam lado a lado e confundem-se, muitas vezes, sem uma linha clara de demarcação entre elas. De fato, ambas referem-se a afetos e, é pertinente ressaltar que, a despeito do significado popular do termo, quando buscamos o termo no vocabulário psicanalítico, um afeto não é necessariamente positivo ou negativo, mas detona somente um investimento de energia sobre um determinado objeto, sendo algo intimamente ligado à pulsão. Esse ponto, contudo, será desenvolvido mais à frente. Por hora, falamos apenas sobre a relevância deste caso.

O assassinato de Ângela Diniz é, até os dias atuais, um dos mais emblemáticos na luta contra violência doméstica. Para os fins deste estudo, torna-se ainda mais relevante por escancarar a ligação atribulada entre sentimentos. Avançando para os dias atuais, esse discurso que atribui a violência ao sentimento de amor desmedido ainda prevalece em grande parte da opinião pública, contudo de forma velada. Com o progresso da luta feminista e sobretudo após a aprovação da lei do feminicídio em 2015 (Lei nº13.104. de 2015), o que antes era latente no discurso público, hoje encontra espaço e ganha força de forma velada na esfera privada e em bolhas conservadoras na internet. Contudo, por este motivo dessa mudança de espaço de onde se fala, não há registros de fácil acesso que demonstrem a permanência dessa ideia, embora seja usual ouvir este tipo de argumento.

1.3 - Porquê falar em feminicídio

Ao longo da história, autoras e autores se debruçaram avidamente sobre questões de gênero, estudaram com profundidade as estruturas sociais que formam as bases do patriarcado e da dominação masculina e as diversas manifestações que esses sistemas apresentam na realidade, contudo, o tema ainda está longe de ter sido esgotado. Ainda há muito espaço a ser explorado e hipóteses sobre as quais ainda podemos refletir, uma vez que a opressão feminina ganha novas roupagens à medida que a sociedade como um todo se transforma, e novos sintomas ganham corpo e se atualizam. A violência doméstica e o feminicídio são crimes que traduzem o paradoxo do sintoma da época em que vivemos — embora a condição da mulher de um modo geral, se observarmos aspectos sociais e aparatos legais, tenha evoluído ao longo dos anos, o número de ambos continua a crescer.

Para além disso, vivemos uma onda conservadora na política que tem despontado nos últimos anos em diversos países, sobretudo no Brasil, e que coloca em xeque os direitos da mulher, que têm experimentado clima de retrocesso e vê-se diante de uma realidade cada vez mais hostil que estimula a violência e discursos de ódio e culpabilização. Resgatando uma citação atribuída à Beauvoir, "basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados". O que poderia, então, explicar o motivo dessa situação? Existe algo que esclareça o motivo que, se por um lado a mulher experimenta mais liberdade do que no passado, por quê continua a ser vítima desse tipo de agressão?

Para refletir acerca deste ponto, faremos uma interseção com o campo psicanalítico, e através dele será feita uma tentativa de desenvolver uma possível justificativa, partindo da ideia do antagonismo entre o desejo e a construção do sistema de dominação masculina que rege o funcionamento social. A ideia partirá do pressuposto que a via do inconsciente pode oferecer algumas hipóteses sobre o modo em que homens e mulheres construíram a sociedade como a conhecemos hoje, uma espécie de pano de fundo sob o qual o patriarcado foi construído de modo a refletir angústias e afetos. É pertinente, entretanto, ressaltar que, historicamente, houve uma cisão, de certo modo, entre determinadas correntes feministas e a psicanálise, e, assim, será feita uma tentativa de aproximá-las apesar de discordâncias epistemológicas desses campos. Durante muito tempo, autoras feministas, por entenderem que a psicanálise partia de uma premissa que valorizava a visão masculina de mundo, se opuseram a utilizá-la como método de análise. Contudo, é necessário aqui fazer uma ressalva pois,

assim como todos os campos do saber, a psicanálise faz uso de um sistema simbólico construído e pensado sobre o domínio do patriarcado e seus signos e, portanto, seria muito difícil não estar sujeita a replicar suas ideias e preconceitos. Ainda assim, seus fundamentos servem para explicar a dinâmica que rege o inconsciente que está por trás destes atos de violência de gênero e agressão contra a mulher.

Outro ponto a ser considerado é a gravidade e urgência em discutir e refletir sobre feminicídio. A violência masculina é uma constante desde os primeiros passos da construção da civilização como a conhecemos hoje — embora, é claro, haja debates acerca de sua origem, e Lerner (2019) argumenta que a opressão das mulheres pelos homens foi a base fundamental da criação não somente do patriarcado, mas de toda a estrutura de classes que conhecemos hoje. A autora coloca que a dominação dos corpos das mulheres foi a primeira unidade de organização social e que, portanto, essa é a unidade mais básica a ser analisada se quisermos romper essa tradição de violência e opressão.

O feminicídio é um dos pilares que sustenta o patriarcado e o poder masculino através do medo e da violência, sendo a literalização da expressão mais pura do controle sobre o direito à vida e à morte das mulheres. Ao longo da história, homens, sobretudo aqueles de classes dominantes, tiveram à sua disposição as condições necessárias para decidir o destino das mulheres, dispondo de sua capacidade reprodutiva para assegurar-lhes seu acesso ao poder. Foi por meio do exercício do poder sobre a ordem material que homens, ao longo de séculos, instituíram o regime patriarcal e garantiram seu êxito pela coerção física e controle dos campos simbólico e imaginário. De modo complementar, é possível ainda acrescentar a passagem em que Freire Costa (2012, p. 36) coloca que "a cultura, pode-se concluir, tem início na e pela violência e toda ordem social repousa, em última instância, na violência que garante a obediência à lei".

Hoje a violência ainda é um imperativo da organização social, sobretudo quando olhamos para o indivíduo pós-moderno que está constantemente vivendo em um ambiente que o estimula a sempre buscar os limites da satisfação e do prazer. A frustração torna-se cada vez mais inaceitável e aguda e, assim, colocando de modo bastante simplificado, sobretudo quando observamos os novos padrões e linguagens próprias à masculinidade e ao campo do domínio masculino, este tipo de ação de um

desejo irrefreável tende a continuar se manifestando ou até mesmo acentuar-se, posição que pode ser sustentada pelo número crescente de casos dos últimos anos.

Portanto, este é um tema que, enquanto for uma realidade que pode acontecer a qualquer mulher, será pertinente de ser discutido e estudado em pormenores. A crescente demanda por direitos das mulheres e o campo de estudos de gênero vem questionando a legitimidade deste comportamento e, também, procura entender como essa cultura nociva atua de forma letal contra a vida de mulheres em diversos contextos sociais. Entretanto, a resolução para esta situação está longe de ser alcançada. Assim, o objeto desta análise é contribuir para uma possível forma de abordagem do tema partindo, não do lugar da vítima, mas do que move o agressor a consumir o crime e entender seus motivos para articular possibilidades de pensamento acerca da violência doméstica e do feminicídio.

Capítulo 2 - Feminicídio como processo histórico

2.1 - Cultura, patriarcado e violência: estabelecendo bases comuns

Antes de iniciar, é oportuno estabelecer alguns conceitos para que não se misturem a outras definições ao longo do percurso, uma vez que algumas concepções centrais podem ter mais de um significado. De início, os pilares que sustentam a linha argumentativa deste texto são: cultura, feminicídio e desejo. Por isso, olharemos com um pouco mais de detalhes para entendê-los antes de dar sequência ao desenvolvimento deste estudo.

Cultura, em definição emprestada do campo sociológico cunhada por Lévi-Strauss, segundo Terray (2010, online), de modo bastante simplificado, é um sistema complexo e relativamente sólido através do tempo que contempla como os indivíduos se organizarão em sociedade — ou seja, é da cultura que colhemos costumes, modos de pensar, de agir, como nos relacionar e a nossa moral. Partindo deste pressuposto da cultura como base estruturante do modo de agir individual e coletivo, utilizaremos esta ideia para entender como questões psicológicas do sujeito serão transpassadas pela cultura patriarcal.

Outra definição bastante interessante para o modo como leremos o conceito de cultura é entendê-la como um meio condutor pelo qual o interior do sistema psíquico do sujeito ganha certa dimensão material e se projeta para o exterior. Saffioti (2004, p. 103) nos oferece uma definição oportuna neste sentido, na qual coloca a cultura como a "enorme capacidade de modelar os corpos, este é o próprio veículo da transmissão de tradições". Assim, o jogo que se dá entre esses dois sistemas entre o sujeito e cultura será o caminho adotado de análise para entender estruturas sociais dominantes do patriarcado que, para além de sua dimensão histórica, abriga também um diálogo com o inconsciente dos indivíduos imersos em uma determinada tradição cultural, onde estes se retroalimentam a fim de manter o status da dominação masculina, legitimando assim o uso da força e da violência.

É pertinente, ainda, acrescentar a análise feita por Freud em *O Mal-Estar na Civilização* (2010) acerca da questão da cultura como forma de acomodação de convivência coletiva, porém, para que isto seja verdadeiro, ela própria torna-se uma formação coerciva que irá incidir diretamente sobre os indivíduos, forjando assim um

supereu cuja função é de regulação de impulsos advindos do Eu, em uma tentativa de limitar as pulsões sexuais e impulsos agressivos naturais a todas pessoas. Assim, sobre o texto de Freud, Roudinesco (1988, p. 491) coloca que:

É papel da cultura, por meio das instituições que a materializam — o Estado, a família —, remediar essa causa de sofrimento, mas, na medida em que os remédios propostos pela cultura são coercitivos e se afiguram outros tantos limites à busca do prazer, ela logo se evidencia como uma nova fonte de sofrimento. [...] Ora, essa dimensão, que seria preciso nomear e teorizar, dá uma razão de ser ao aspecto coercitivo da cultura e confere à organização social seu estatuto de compromisso precário: o homem não pode viver plenamente feliz nela, mas não consegue sobreviver sem ela. O homem e a mulher, portanto, estão presos num antagonismo: precisam dos outros, mas sonham viver afastados dessa sociedade que lhes limita as pulsões sexuais. Para tentar aplacar os sofrimentos de que esse antagonismo é fonte, a cultura se esforça por criar vínculos substitutos: laços amorosos, laços libidinais desviados de seus objetivos sexuais. [...] É possível, por conseguinte, afirmar que a cultura domina a agressividade dos indivíduos fazendo com que ela seja vigiada por intermédio de um intruso, o supereu, que funciona como um governador dentro de 'uma cidade conquistada'.

É por meio desta ideia elaborada por Freud que poderemos traçar uma linha que une a cultura e o mundo psíquico dos indivíduos. Há uma dinâmica de constante troca entre a construção — e diria, também, criação — do sujeito que depende, sobretudo, do ingresso do eu no registro simbólico, este que é, por sua vez, um produto da própria cultura. A plasticidade das estruturas sociais coletivas, por sua vez, atua de modo a adaptar e acomodar essas subjetividades como um organismo em processo evolutivo, sendo que o sujeito está imerso por completo nas grandes estruturas culturais e sociais. Um ciclo que se completa.

Neste aspecto é pertinente relembrar a citação de Beauvoir (2016, p. 11) em que ela introduz a ideia de que a mulher é forjada por sua socialização. De forma análoga, porém contrastante, o mesmo também é verdadeiro para indivíduos do sexo masculino. A socialização de homens e mulheres é configurada uma como negativo da outra, onde conceitos opostos são valorizados de acordo com seu papel sexual. É válido afirmar que o mesmo, embora de forma distinta, também ocorre para os homens à sua maneira. A respeito da construção deste conceito de socialização como um dos fatores determinantes para entender a posição do sujeito, seja ele homem ou mulher, no seio da cultura, é possível acrescentar ainda, segundo Lerner (2019, p. 48), que:

Atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é um produto de um processo histórico. O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão de seu

sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade.

Seria demasiada ousadia procurar um ponto no qual fosse possível determinar onde começam e terminam os contornos do sujeito, do simbólico e da cultura, entretanto, é possível afirmar que estes três campos desenrolam-se em um espectro contínuo, imagem esta que será mais interessante para entender a relação que se delineia ao invés de tentar fixar seus limites. É, portanto, acerca dessa concepção de troca dialógica entre tais elementos, onde todos são mutuamente transformados um pela agência do outro, que pretendo esboçar uma análise sobre a relação entre o desejo do sujeito, como entendido pela psicanálise, feminicídio e a narrativa e os significantes que cercam a noção de amor na sociedade ocidental. Este ponto de interseção entre os campos citados será, partindo de uma ideia mais simplificada para fins de otimizar o entendimento da terminologia, descrito ao longo do trabalho sob o termo *socialização*. De modo complementar, Saffioti (2004, p. 84) nos oferece a ideia de que, enquanto mulheres são socializadas para a impotência, homens são socializados para exercer poder e que "[...] quando defrontados pela impotência, cometem atos violentos".

Para além disso, é oportuno trazer também o que será englobado dentro do que estamos chamando de *violência* para dar concretude ao que referimo-nos ao longo do estudo de modo abstrato. Em ensaio sobre o tema, Žižek (2014, p. 342) conceitua três formas distintas de violência: subjetiva, simbólica e sistêmica. Para os fins deste texto, focaremos nos dois últimos tipos. A *violência simbólica* é conceituada como aquela advinda diretamente da linguagem e a imposição de um determinado grupo de sentidos, enquanto que a *violência sistêmica* é uma "consequência do funcionamento dos nossos sistemas econômico e político". É, ainda, oportuno adicionar o sentido dado à violência simbólica por Bourdieu (2012, p. 45) como algo que define as "matrizes de percepção, dos pensamentos e das ações". Se observarmos por este ângulo, o patriarcado utiliza-se destes dois tipos para exercer sua dominação — pela limitação simbólica e colonização dos significantes e, também, pela ação de fato de agressão contra o outro.

Nesse sentido, podemos fazer uma ponte com o conceito de violência contra a mulher, descrito por Saffioti (2004, p. 17) como "uma ruptura da integridade da vítima, seja física, psíquica, sexual e moral". Partindo desta ideia da autora, é possível entender

como as forças de dominação masculina atuam em cada eixo de violência, limitando desde aspectos materiais até psicológicos das vítimas, que sequer tem a liberdade de simbolizarem seu sofrimento e sua agressão sem que estejam subjugadas pela construção do pensamento e dos significantes do universo de dominação masculina. O feminicídio, então, será lido neste contexto como a erupção do último grau possível de agressão sobre a vítima, sendo o ato final de uma escalada e, também, como um ato estruturalmente previsto no universo patriarcal.

Aqui, então, partiremos para conceitos da sociologia para tentar entender as ligações entre o estado mental do sujeito e o crime de fato. Nesse aspecto, a ideia desenvolvida por Beauvoir (2016), sobre a mulher como o outro na sociedade, será destrinchada à luz da dominação masculina. Assim, entenderemos a mulher como um indivíduo que, para o olhar masculino, traz sempre algo de estranho e enigmático e, portanto, desperta-lhe o sentimento de hostilidade. Beauvoir (2016, p. 14) complementa este ponto ao colocar que o sujeito "afirma-se como essencial fazendo o outro inessencial (objeto)", ou seja, sob o olhar da dominação masculina, para assegurar sua posição de poder na cultura, é condição necessária para isto que o homem aniquile, ao menos de modo simbólico, o papel da mulher para, portanto, satisfazer sua condição como sujeito.

A violência de gênero será analisada a partir da divisão sexual da sociedade, onde, historicamente, indivíduos do sexo masculino têm poder estrutural sobre as pessoas do sexo feminino — abro um parêntese para esclarecer que o conceito de gênero como identidade não se aplica para a análise deste tema, uma vez que a divisão sexual antecede essa articulação e este conceito é detrimental no entendimento do que chamamos de patriarcado.

Por fim, é necessário definir o próprio *patriarcado* e *dominação masculina*. Neste texto o patriarcado será conceituado como uma estrutura cultural de dominação onde as pessoas do sexo masculino tem acesso ao exercício do poder sobre pessoas do sexo feminino e controlam sua capacidade reprodutiva e sexual, bem como o sistema simbólico da sociedade. De modo complementar, utilizaremos sobretudo o conceito elaborado por Lerner (2019, p. 66) onde a autora propõe que "dar historicidade ao sistema de dominância masculina e afirmar que suas funções e manifestações mudam ao longo do tempo é romper com a tradição oferecida". Essa tradição mistificou o

patriarcado, tornando-o a-histórico, eterno, invisível e imutável". Ou seja, o patriarcado é um processo histórico que se consolidou através do tempo, e não algo natural, produto do próprio curso do progresso da sociedade.

Somando-se a essa definição, é possível também utilizar a formulação feita por Saffioti (2004, p. 105) onde o patriarcado é descrito como um "pacto masculino para garantir a opressão de mulheres" e estabelece uma relação hierárquica entre os sexos, na qual mulheres são reduzidas à "prestação de serviços sexuais para seus dominadores". Este último ponto é fundamental para entender a motivação para o uso da violência contra a mulher a partir do momento em que ela, enquanto indivíduo, quebra a ilusão da fantasia de dominação masculina e age em desacordo com a expectativa masculina.

Já a dominação masculina, segundo Bourdieu (2012, p. 83) pode ser pensada como uma relação onde a mulher é colocada na posição de "objeto simbólico" e existe uma "dependência simbólica" entre aqueles que são dominados, no caso, pessoas do sexo feminino, e dominantes, pessoas do sexo masculino. Ou seja, a dominação só é possível em uma relação dialética onde a parte subjugada depende da outra para a construção da sua identidade e, por consequência, também participa de seu próprio esquema de dominação. Em outras palavras, é possível colocar que a mulher tem seu inconsciente colonizado pelos signos patriarcais e que, portanto, também ocupa um lugar, ainda que seja de resignação ou como agente passivo a quem só cabe, no máximo, ceder, dentro deste sistema. Neste aspecto, Saffioti (2004, p. 124) acrescenta que "a ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um pólo quanto de outro na relação de dominação-subordinação".

2.2 - Psicanálise como via para entender a violência contra a mulher

Do lado da psicanálise, para entender como estes conceitos externos que fazem parte do campo social articulam-se com o inconsciente e com a formação psicológica do sujeito, será essencial, a princípio, o entendimento do conceito de *simbólico*, uma vez que é a partir dele que desenvolve-se não somente a socialização dos indivíduos e as estruturas da linguagem, mas, também, a própria realidade é forjada a partir do lugar de contato entre o real e o simbólico. Assim, de acordo com Roudinesco (1988, p. 714), o simbólico é "um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia, permitindo-lhe referir-se a ele,

consciente e inconscientemente, ao exercer sua faculdade de simbolização". Buscando um complemento a essa noção de simbólico, de acordo com LaPlanche (2001, p. 498),

a ideia de uma ordem simbólica que estrutura a realidade inter-humana foi salientada nas ciências sociais particularmente por Claude Lévi-Strauss [...] [ele] estende e transpõe as concepções estruturalistas para o estudo de fatos culturais onde não é somente a transmissão de sinais que entra em ação e caracteriza as estruturas que a denominação sistêmica simbólico abrange: 'toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, na primeira fila dos quais se situam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião.'

Assim, podemos entender que a estrutura de dominação é uma imposição simbólica sobre todos os indivíduos, sejam eles homens ou mulheres, e que, em partes, tem papel estruturante na forma como estes enxergam a si mesmos e aos outros. Podemos, então, considerar que a violência masculina é mais uma das diversas formas de construção dessa realidade de hostilidade e que ela própria é um produto dessa organização social. A criação deste universo simbólico sistematicamente colocou a mulher em posição de desigualdade de poder e forçou nela significantes que justificariam, ou até mesmo incentivavam, que elas fossem colocadas na posição de vítima e tomadas tão somente como objetos do desejo masculino e não como sujeitos em papel de igualdade. Portanto, para analisar as articulações desse cenário, precisamos, ainda que de modo breve, entender os elementos que, de certo modo, criaram e naturalizam a existência do patriarcado.

Outro conceito de suma importância é o de *desejo*. Neste caso, utilizaremos sobretudo a ideia proposta por Lacan que definiu o desejo como o lugar entre a necessidade biológica e a demanda, que por sua vez é projetado sobre um objeto. Segundo Roudinesco (1988, p. 147):

Lacan introduziu, entre 1953 e 1957, um terceiro termo, ao qual deu o nome de demanda. Esta é endereçada a outrem e, aparentemente, incide sobre um objeto. Mas esse objeto é inessencial, porquanto a demanda é demanda de amor. Em outras palavras, na terminologia lacaniana, a necessidade, de natureza biológica, satisfaz-se com um objeto real (o alimento), ao passo que o desejo (*Begierde* inconsciente) nasce da distância entre a demanda e a necessidade. Ele incide sobre uma fantasia, isto é, sobre um outro imaginário.

Vale ressaltar o uso do termo "inessencial" ao falar do objeto no contexto da demanda de amor. Beauvoir (2016, p. 14) descreve a relação masculina e sua

construção como sujeito da seguinte forma: "afirma-se como essencial fazendo do outro inessencial (objeto)". Embora ambos tenham elaborado seus estudos em diferentes contextos, o uso dos significantes "objeto" e "inessencial" podem indicar um possível paralelo a ser observado ao analisarmos a relação entre o movimento psíquico do sujeito masculino e as estruturas de dominação social que, ao olharmos por esta linha, são como um espelho da dinâmica do inconsciente. Outro ponto a ser considerado na definição lacaniana é que o desejo incide não sobre o outro real, mas sobre um "outro imaginário". Isso reforça a ideia de que muito do que acontece por trás da construção da violência contra a mulher é, na realidade, uma narrativa elaborada pela própria classe dominante. Partindo deste conceito, é possível criar a hipótese de que o patriarcado em si é uma forma de expressão simbólica que consolida a dominação e foi moldado a partir da premissa de realização dos desejos masculinos e incide sobre o campo imaginário de toda a classe de pessoas do sexo masculino.

Faz-se necessário também trabalhar o conceito de *pulsão*, pois esta será uma peça chave para entender o desenvolvimento desta hipótese da falta de contornos claros entre os afetos do indivíduo e o porquê deste movimento que é natural ao inconsciente. Assim, em *As pulsões e suas vicissitudes* (1915), Freud apresenta a teoria sobre os destinos que as pulsões podem assumir: transformação em seu contrário; redirecionamento contra a própria pessoa; recalque e sublimação. Neste contexto, utilizaremos sobretudo as ideias de transformação em seu contrário e de recalque. Explorando o primeiro ponto, Freud coloca que uma das possíveis transformações que age sobre as pulsões, a nível de seus representantes ideativos, é a transformação em seu contrário e a inversão de seu conteúdo. Partindo desta imagem, podemos entender o princípio da confusão entre conceitos opostos, porém que, quando olhamos para a estrutura social, tornam-se tão próximos, podemos até mesmo afirmar que é por este motivo que os significantes de amor e ódio possuem uma determinada substância compartilhada: nos munindo desta informação, é possível concluir que ambos nascem da mesma pulsão, porém direcionam seus afetos sobre o objeto posteriormente.

Outra questão a ser observada é o *recalque*, pois será através dele que faremos uma conexão entre o inconsciente e a cultura. De acordo com Roudinesco (1988, p. 647), o recalque pode ser definindo como:

O processo que visa a manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do

funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer. Ali, Freud começa repetindo que o recalque constitui, para a pulsão* e seus representantes, “um meio termo entre a fuga [resposta apropriada às excitações externas] e a condenação [que seria o apanágio do supereu*]”.

Se tomarmos a afirmação que a cultura é o estilo de recalque de uma sociedade, podemos, então, traçar um paralelo entre a definição freudiana e a construção do patriarcado como uma forma de lidar com a realização das pulsões de um grupo como um todo, cujo objetivo, neste caso, é de afastar o outro, a mulher, pela reação que esta provoca nos indivíduos do sexo masculino. Entretanto vale ressaltar que, neste cenário, não falamos de homens a nível individual, mas sim de todo um aspecto coletivo bastante predominante que enxerga uma ameaça na diferença sexual, e que, embora esta característica seja muito proeminente, não aplica-se à totalidade das situações. Sobretudo quando olhamos para a construção histórica do patriarcado como sistema de dominação e controle, podemos observar que no passado, antes de ser a estrutura prevalecente, a sexualidade e a própria biologia da mulher eram vistas como algo mágico, sagrado e conectado à natureza — e, por consequência, elas estavam mais próximas do real do que a sexualidade dos homens. Assim, podemos criar a hipótese que este lugar ocupado por elas causava, de alguma forma, um estranhamento ou sentimento de angústia. À medida que os homens, enquanto grupo, foram dominando aspectos da natureza e criando seu próprio universo simbólico através da criação da linguagem, o lugar da mulher foi se distanciando cada vez mais como algo afastado da civilização. Essa sua conexão com algo que não pode ser nomeado do real pode, então, ser apontada como uma das possíveis fontes da criação do sistema patriarcal, embora, é claro, não seja a única.

Por fim, outro conceito relevante será o de *amor*, que, neste contexto, será analisado simultaneamente como um significante e, também, como um sentimento de certo modo inato ao inconsciente de todas as pessoas. De acordo com Rios (2008, p. 2), "o amor representa o sentimento e a ação de investimento de energia psíquica (*libido*) sobre um objeto" e a autora ainda acrescenta que "o amor é a fonte de prazer e alicerce da construção permanente da identidade. Seu fracasso pesa sobre essas duas condições básicas para o bem-estar psíquico humano". Existe uma qualidade auto-reflexiva sobre o investimento libidinal do objeto de amor que, de certa maneira, relaciona-se de modo direto com a própria construção do ego do indivíduo que, quando encontra uma situação

de conflito entre o sentimento e o real, será vivido como uma dor intensa de perda de identidade e, de forma análoga, como uma perda do poder simbólico, pois haverá toda uma camada de realidade já construída que será destruída pelo choque. Lacan, segundo Fink (1988, p. 44) descreve o Real como "aquilo que ainda não foi simbolizado ou resiste à simbolização", portanto, neste contexto, poderemos dizer que é o próprio encontro com o real do outro que causará a crise em muitos indivíduos do sexo masculino e que os leva a cometer o ato de violência para recobrar o controle. Feitas estas considerações, podemos partir para entender como essas ideias se entrelaçam e culminam na violência de gênero.

Capítulo 3 - Feminicídio como consequência cultural e psicológica

3.1 - Processo histórico da condição da mulher como objeto

A posição de submissão na qual as mulheres são colocadas não é algo natural, mas fruto de uma construção social que se consolidou através dos séculos a partir da dominação masculina e do controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres. Deste modo, Lerner (2019, p. 31) afirma que "O patriarcado como sistema é histórico: tem início na história. Sendo assim, pode ser extinto pelo mesmo processo histórico". Embora a colocação da autora possa soar redundante, é necessário fazer essa demarcação pois uma das funções que o próprio sistema patriarcal assume é de impor-se como a-histórico e como algo que é natural, enfraquecendo, assim, as tentativas de organização, reflexão e questionamento acerca de sua legitimidade. Sobre isso, Bourdieu (2012, p. 18) observa que "A força da ordem masculina se evidencia no fato que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra", e, deste modo, a dominação faz-se auto-evidente e dispensa a necessidade de legitimação. É partindo desta ideia que analisar-se-á a condição do uso da violência contra a mulher como algo que é fruto de um longo processo de desumanização que, por sua vez, reflete, de modo análogo, a construção psíquica do indivíduo do sexo masculino.

Quando olhamos para o passado, podemos observar que a relação entre homens e mulheres não se deu sempre desta maneira, embora as raízes do que colhemos hoje venham de longa data – houve, em algum momento anterior ao desenvolvimentos da sociedade nos moldes atuais, um estágio de colaboração entre homens e mulheres para a manutenção da sobrevivência coletiva, porém este vínculo aos poucos se desfez e se tornou uma relação de dependência simbólica e de instrumentalização da capacidade reprodutiva da mulher, que, por sua vez, era necessária para a manutenção da sociedade de classes e da propriedade privada. É possível, então, levantar a hipótese de que o estabelecimento do conceito da mulher-objeto tenha sido, de modo simultâneo, uma condição e uma consequência do desenvolvimento da sociedade patriarcal.

Assim, se a dominação masculina foi necessária para estabelecer a dinâmica de poder entre os indivíduos, a exploração feminina foi um produto desta própria organização que dependia das mulheres para garantir a filiação dos descendentes dos

homens de classe dominante e da manutenção da coesão de um determinado grupo social sobre outros grupos. Além disso, é também pertinente colocar que este tipo de relação se estabeleceu sobretudo nas classes que detinham o poder econômico e social. Ainda sobre este ponto, Lerner (2019, p. 246) explica que "o próprio processo de formação de classes incorporou uma condição preexistente de dominância masculina sobre as mulheres e marginalizou as mulheres na formação dos sistemas de símbolos".

Este ponto é sustentado por diversas análises, porém é válido citar duas que são interessantes para o entendimento desta hipótese de que a própria cultura repousa sobre a reificação da mulher: primeiro, pelo estudo proposto por Friederich Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), onde o autor analisa a estrutura da exogamia como condição fundamental da existência da sociedade de classes, uma vez que a capacidade biológica de reprodução da mulher passa a ser utilizada com a finalidade de assegurar o parentesco dos descendentes, enquanto homens mantiveram sua liberdade. Complementarmente, podemos também evocar a obra de Levi-Strauss, *As estruturas do parentesco* (1949), onde o antropólogo analisa o fenômeno da proibição do incesto. Ao questionar a divisão entre natureza e cultura, ele coloca a questão da interdição dos relacionamentos consanguíneos como algo que, simultaneamente, pertence à cultura e à natureza, e é a partir deste conceito que a mulher se torna um objeto de manutenção da estabilidade social, uma vez que passa a ser uma espécie de "bem econômico" de um grupo, e, como consequência desta posição, surge o conceito da troca de esposas.

Deste modo, é possível observar que a objetificação feminina sempre serviu, ao menos historicamente, a um propósito claro para a construção da estrutura de controle e dominação da sociedade. É, então, a partir disso que se desenvolve a ideia da legitimação da violência contra indivíduos do sexo feminino como algo aceitável para a manutenção da coesão social. O encontro entre este tipo de organização e as relações entre homens e mulheres culminou em uma dinâmica de poder que a coloca como inferior. O fato desse modelo partir, sobretudo, do vínculo advindo das relações particulares entre os sexos acabou por criar um espaço onde os afetos, o poder e a legitimação do uso da agressividade são mesclados, em um processo complexo que se desenvolveu em uma dicotomia conturbada, onde os sentimentos confundem-se e geram reações violentas, como o feminicídio que, por muito tempo chegou a ser regulamentado pelo Estado. Hoje, embora o feminicídio seja categorizado

especificamente como crime pelo código penal brasileiro desde 2015, ainda há uma ampla margem social e psicológica de aceitação que justificam a violência cometida contra a mulher como sendo algo de cunho pessoal, privado e, ainda, sentimental. Sobre isto, Saffioti (2004, p. 106) comenta que "se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no código penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade".

É inegável que a aprovação da Lei do Feminicídio representa um progresso da condição da mulher em sociedade, entretanto este tipo de estratégia por si mesma não basta, uma vez que é possível observar que os números da violência de gênero continuam a subir ano a ano. É preciso, então, realizar uma observação mais minuciosa que analise as causas da violência e, como aqui proposto, entender as motivações inconscientes que podem levar a esse tipo de consequência, sobretudo quando não é incomum ver justificativas que mascaram tamanha crueldade sob o significante de “amor”, entendido de forma bastante imprecisa. Sobre isso, Lerner (2019, p. 267) coloca que "Reformas e mudanças legais, embora melhorem a condição das mulheres e sejam parte essencial do processo de emancipação das mulheres, não mudará essencialmente o patriarcado". Tais reformas precisam estar integradas a uma extensa revolução cultural para transformar o patriarcado e, assim, aboli-lo".

3.2 - Violência em nome do amor e a dominação masculina

Narrativas a respeito dessa modalidade de violência de gênero com frequência associam a motivação do crime como um ato descontrolado de amor do sujeito que toma a vítima, a mulher neste caso, como seu objeto de desejo amoroso e que será alvo da ação a quem a potência deste afeto será direcionada. Com isso, procura-se de certo modo atenuar a gravidade do feito, imprimindo ao crime uma camada sentimental quase positiva como se, em decorrência da origem emotiva daquela atitude, aquilo pudesse expiar o agressor de culpa, transformando, assim, o crime em uma narrativa romântico-dramática. Essa posição ficou bastante evidente, e, também, foi amplamente documentada, no caso Doca Street, conforme comentado anteriormente, quando a defesa do agressor lançou mão do argumento de defesa da honra do autor do crime e apelou para recursos afetivos e emocionais para recorrer à condenação do agressor.

Segundo Beauvoir (2016, p. 128) “por ser, neste mundo, soberano, o homem reivindica como sinal de sua soberania a violência de seus desejos”. Assim, a ideia de que amor e violência andam lado a lado segue em vigor a despeito das transformações sociais ao longo da história, afinal, são centenas de anos de construção de uma sólida cultura patriarcal que reforça o papel da mulher-objeto como vítima, figura passiva, e do homem-agressor como figura ativa e dominante, imprimindo, assim, uma camada de significação que transborda um determinado nível de sentimentalismo positivo, cultivando um terreno no qual faz-se um julgamento que favorece as atitudes masculinas, por mais questionáveis que estas sejam quando observadas à luz das regras de convívio social, em detrimento da dignidade da mulher. Acerca desse entrelaçamento entre a condição feminina de subalternidade e a posição masculina de detentor do poder, é possível identificar um padrão como se a própria condição de opressão fosse um benefício concedido à mulher pela figura masculina, como se a relação fosse por si mesma um débito que precisa ser honrado. Assim, o indivíduo do sexo feminino é colocado em um espaço como se estivesse em dívida moral por ser escolhida como objeto. No que tange essa visão, Moraes (2018, online) pontua que:

Uma das estratégias do opressor, trata-se de construir uma atmosfera na qual sua vítima sinta-se agraciada por ocupar a condição subalterna. Afirmam desejar protegê-la, amá-la, torná-la uma “princesa”. Quando, em verdade, almejam obter o domínio sobre suas vidas, aprisionando-as.

Esta ideia conecta-se de forma interessante com a noção de dominação masculina desenvolvida por Bourdieu (2012, p. 49), uma vez que o autor afirma que, primeiro, a dominação necessariamente passa por uma camada de controle psicológico das pessoas dominadas e que, segundo, as mulheres também participam da lógica da dialética da dominação. O autor coloca que a condição de submissão é atravessada pelo “ajustamento do inconsciente” como uma “estrutura objetiva de dominação”, e, ainda, expande esse ponto ao colocar que a dominação simbólica incide diretamente sobre os esquemas de percepção dos indivíduos dominados. É comum observar que, muitas vezes, em ciclos de violência doméstica a mulher encontra-se psicologicamente presa ao seu agressor e, por este motivo, vê-se incapaz de encerrar aquele relacionamento abusivo. Este ponto costuma ser colocado, de maneira bastante contraditória, não como um agravante do esquema de dominação, mas como um atenuante da violência de gênero que pende negativamente para a condição da mulher. É frequente que a própria

vítima e pessoas próximas a ela justifiquem a natureza do crime como algo razoável partindo da premissa de categorizar a violência como um ato afetivo. Ainda existem cenários onde a credibilidade das denúncias e a palavra das vítimas é questionada sob o pretexto de que, se de fato fosse algo tão grave, a mulher já teria tomado alguma atitude para impedir a violência. Esse tipo de lógica obscurece a real natureza da dominação que faz com que os campos imaginário e simbólico da vítima sejam tomados por significantes criados dentro da dinâmica de dominação, ou seja, até mesmo as palavras e os sentimentos que cercam esse tipo de situação fazem parte do domínio de significação do esquema patriarcal de poder.

Assim, a partir da união destes pontos que borram os contornos entre culpa e responsabilidade, constrói-se um sentimento de absolvição da autoria masculina sobre o crime cometido, uma verdadeira inversão de papéis no quesito simbólico onde a responsabilização pela agressão é atribuída à imagem da própria mulher como causadora da situação na qual se encontra. Este tipo de estratégia não é fato isolado — vale uma digressão nesse ponto para apontar uma mudança sensível nos últimos anos da forma de articulação deste tipo de discurso: se, no passado, como já demonstrado, este tipo de posicionamento partia de um espaço muito mais público e difundido no discurso midiático, hoje, contudo, ele se encontra sobretudo na esfera privada e em narrativas específicas na internet que disseminam discursos conservadores. Entretanto, é possível observar a permanência deste tipo de opinião, que, embora tenha migrado de onde é enunciada, ainda se faz presente nas entrelinhas da concepção que nossa cultura promove sobre relacionamentos ao associar um determinado grau de controle e posse do outro como algo não somente naturalizado, mas inerente ao conceito de amor. Embora haja uma determinada camada de culpabilização que vem sendo combatida e, nos dias, atuais já não esteja tão latente nas manifestações a este respeito como no passado, podemos notar que ainda há uma prevalência de ideias com este tipo de pré-concepção sobre a essência dos relacionamentos como algo intrinsecamente conflitante e limitador, normalizando, de certo modo, este tipo de situação de agressão, sobretudo quando falamos da estrutura heteronormativa que implica a existência de um determinado tipo de dinâmica de poder entre seus participantes.

Quando olhamos para casos reais de feminicídio, é frequente ouvir colocações como "ela deu motivos", "ela pediu por isso", "se fosse verdade, teria denunciado antes", "ela está mentindo" ou "ela atraiu isso quando fez determinada coisa", como se a

violência fosse o curso natural, esperado como desfecho do destino da mulher em um relacionamento com um homem, caso esta venha a agir de forma desviante da norma de submissão pré-concebida no imaginário da cultura patriarcal, embora este tipo de discurso seja diretamente mediado pela realidade criada a partir de uma lógica masculina e pouco tem a ver com a situação real da mulher, uma vez que são os agressores que detêm o poder e dispõe de recursos para descrever o contexto da violência como lhes convém.

Este tipo de estratégia, de obstruir a possibilidade de validação do discurso da vítima, tende a desencorajar a mulher a buscar ajuda ou a realizar denúncias, pois fragiliza a confiança do indivíduo e expõe uma resistência sistêmica a este tipo de discurso que, por si só, já desafia a estrutura de poder masculino nos relacionamentos segundo a lógica de dominação. A partir do momento que a pessoa com menos acesso ao poder simbólico desta dinâmica passa a questionar a legitimidade de sua opressão, esse movimento representa uma ameaça a toda uma ordenação social que se baseia no uso da violência como estratégia de coerção para a sua manutenção. Assim, o outro torna-se uma ameaça para aquela configuração de poder e, por gerar este conflito com potencial de desestabilizar a organização da dominação masculina, deve ser eliminado. Este movimento assemelha-se à reação do inconsciente na presença de uma fonte externa de perturbação que lhe causa o sentimento de desprazer, assim como quando indivíduo é colocado frente a frente com um objeto que lhe evoca um ou mais representantes recalçados da pulsão. Nesta situação, o indivíduo será imediatamente compelido a afastar-se do objeto ou destruí-lo, pelo menos a nível simbólico, para aplacar o forte sentimento de angústia causado por ele. De forma similar, outras situações de violência compartilham desta mesma base como, por exemplo, racismo ou xenofobia.

Deste modo, o indivíduo masculino legitima-se a si mesmo no ato de aniquilar o outro como uma ação que faz parte de uma organização maior do status de homens e mulheres, justificado pela força de seus afetos que, uma vez externalizados, ganharão significados sociais. Neste contexto, a existência da figura feminina por si mesma já pressupõe um determinado grau de medo do desconhecido, que ameaça quebrar a ilusão da frágil realidade tecida pelos signos da dominação masculina que, quando confrontados com o real, representado pela figura da mulher, são colocados em cheque. Como forma de defesa contra essa possibilidade de desagregação da estrutura de

dominação, criam-se meios para exterminar a fonte de conflito que, neste cenário, coincide com o indivíduo do sexo feminino.

À medida que observamos o fenômeno do feminicídio a partir desta concepção, podemos desenhar a hipótese de que, em verdade, pouco importa a condição feminina dentro desta equação — a configuração do crime apoia-se quase que inteiramente sobre um jogo de poder entre homens para manter sua posição de privilégio como grupo que coletivamente usufrui e detém o poder. O conflito e a oposição em nível psicológico que enxerga no outro, independentemente do que ele realmente represente, passa a ser uma fonte de hostilidade e intimidação. Ou seja, a motivação que fundamenta este tipo de violência distancia-se do objeto a nível de causalidade, ou seja, a mulher real, indivíduo, tem pouco ou quase nada a ver com o desenrolar do cenário de violência que a acomete. As condições materiais da relação entre o agressor e a vítima são apenas um cenário que justifica a violência no imaginário masculino, e não é propriamente a causa da situação. Ou seja, não é relevante para ele, por exemplo, se a mulher tenha de fato agido de determinada forma, o que importa é somente a sua certeza que ela é a culpada pelo seu sofrimento psíquico. Portanto, o crime nos diz mais sobre a própria construção do inconsciente masculino, que viabiliza a violência como uma justificativa viável para qualquer situação que lhe cause desprazer. Ou, ainda, colocando em outros termos, qualquer outro grupo igualmente oprimido e marginalizado poderia ocupar a posição de vítima em uma estrutura de dominação masculina. Porém, acontece que nesta situação em específico, pela relação confusa que o indivíduo masculino é colocado por causa do sentimento de amor erótico, essa circunstância é potenciada por todos os outros fatores que cercam a construção heteronormativa do afeto.

Casos dessa natureza são reportados diariamente pela mídia e em redes sociais, sobretudo em meios que exploram a violência como temática central geradora de engajamento sensacionalista, uma vez que este tipo de caso traz uma espécie de revolta na sua narrativa. Por este motivo, é simples gerar comoção e indignação com esse tipo de crime, embora isso exponha uma contradição a este respeito: ora, como é possível que algo seja fonte deste tipo de sentimento de aversão coletiva e, simultaneamente, seja normalizado, ou até mesmo banalizado?

Ainda sobre isso, podemos observar com frequência comentários que amenizam a gravidade do crime, colocando a motivação como um ato de amor desmedido. Esse

posicionamento é bastante abundante nesta configuração onde, muitas vezes, existe uma espécie de desconexão do indivíduo agressor com a agressão, colocando-a quase como um evento inerente à própria natureza das relações, assujeitando o ato de violência a uma força externa e indissociável do significante amor, como se ele mesmo carregasse uma contradição intrínseca prestes a realizar-se de forma inevitável a qualquer momento. Sobre isso, podemos acrescentar que, segundo Lerner (2019, p. 43) é possível "considerar a dominação masculina de um modo que traz alívio aos homens, pois os isenta de qualquer responsabilidade sobre ela". Partindo deste mecanismo exposto pela autora, podemos entender a conjunção entre a isenção da culpa masculina em casos de agressão e a violência como uma profecia auto-realizável dentro das relações amorosas. Essa condição de naturalização de colocar a violência como um ato de amor dialoga diretamente com a relação entre o sentimento amoroso e o desejo sexual, uma vez que é difícil não somente diferenciá-los neste contexto, mas entender e delimitar suas fronteiras. Cabe neste ponto acrescentar a definição elaborada por Fromm (1958) onde ele apresenta uma possível explicação para esta confusão entre os sentimentos. Partindo da ideia de que o amor erótico reside sobre uma base conflitante, é a falta de limites entre estes dois afetos que viabiliza a ambiguidade sobre o amor. Assim, [Fromm \(1958\)](#) argumenta que:

O desejo sexual pode ser estimulado pela ansiedade da solidão, pela vontade de conquistar ou ser conquistado, pela vaidade, pelo gosto de ferir e mesmo destruir, assim como pode ser estimulado pelo amor. Parece que o desejo sexual pode ser misturado facilmente a qualquer emoção forte, nela encontrando incitamento; e o amor é apenas uma dessas emoções. (p. 80)

Não é incomum encontrar, em diversos produtos culturais, narrativas que justificam e normalizam essas ações agressivas como não apenas algo comum e amplamente aceito, mas também justificado pela posição ambígua onde a mulher é, de forma simultânea, um agente passivo e causadora do seu próprio destino, como se fosse a culpada por acionar um gatilho que leva ao crime contra ela próprio. É recorrente que nos deparemos com este tipo de histórias nas quais a figura da mulher é colocada de forma provocativa em uma espécie de cenário onde a violência masculina é exposta sob uma perspectiva que a torna aceitável, agindo como contraponto ao comportamento feminino.

No entanto, este tipo de produção atua em função de favorecer a força da dominação simbólica e legitimação do poder na perspectiva patriarcal. Neste aspecto, Beauvoir (2016, p. 99) ao analisar brevemente a estrutura do cinema americano afirma que “os filmes de Hollywood nos apresentaram, com vezes, meninas insuportáveis domadas pela brutalidade sadia de um namorado ou de um marido: um par de bofetões, umas boas palmadas são apresentados como meios eficientes de sedução”. Essa ideia é amplamente difundida, sobretudo quando falamos de gêneros como romances e dramas, onde, apesar de serem detentores do poder e do uso legítimo da violência, os homens são colocados em uma determinada posição como se o sentimento pela mulher os tornaria vítimas, retirando, assim, a ideia de que são eles mesmos os perpetradores de determinadas situações.

3.3 - Se faço isso, é porque te amo

É pertinente retomar a ideia de que este modo de encarar o crime cometido contra a mulher como expressão de afeto é uma construção histórico-cultural que remonta ao passado, sobretudo ao período da idealização da noção de amor cortês, onde o homem, detentor do poder e prestígio social, penalizava-se em nome do amor como se seu próprio sentimento fosse uma carga a ser carregada a duras penas, ou seja, o próprio amor era visto como uma penitência para o indivíduo masculino que colocava-se na posição de vítima do sofrimento de amar. No Seminário 7, Lacan (1988, p. 137) elucida esse mecanismo de passagem da herança cultural deste modo de relacionar-se com o amor e coloca que:

Se bem que completamente apagado de nossos dias em seus prolongamentos sociológicos, o amor cortês deixa contudo rastros num inconsciente, para o qual o termo coletivo não precisa absolutamente ser empregado, num inconsciente tradicional, veiculado por toda uma literatura, por todo um conjunto de imagens, que é aquele no qual vivemos nossas relações com a mulher.

Considerando o fato de que a linguagem carrega marcas culturais que refletem a organização social de um grupo e também é por meio dela que os indivíduos produzem sentido sobre si mesmos e sobre sua relação com os outros, ao observarmos este tipo de construção, é possível entender a formação desta ideia, onde a culpa pela violência

repousa não sobre o agressor, mas sobre a própria vítima — a mulher é vista como culpada por colocar o homem naquela situação de envolvimento afetivo.

Quando Lacan nos apresenta o conceito de "inconsciente tradicional" que é transmitido através de imagens e signos, podemos assumir que haja uma permanência histórica de determinados vieses que irão culminar no cenário de violência doméstica endêmica como a temos hoje, como exemplificado anteriormente quando observamos as narrativas de produtos culturais e narrativas que perpetuam essas ideias. O conceito de que o próprio perpetrador do crime é a real vítima manteve-se vivo, embora, é verdade, nos dias atuais ele tenha uma nova roupagem e tenha agregado novos fatores que se somam a ele, potencializando-o. Não podemos, por exemplo, desconsiderar que atualmente o culto à violência e à masculinidade estão fortalecidos e que isso, de certo, tem influência sobre este tipo de cenário no qual o homem vê a si mesmo como uma vítima dos ardis femininos.

Nesse aspecto, quando passamos do amor para a agressão, a psicanálise oferece ferramentas que auxiliam na exploração das engrenagens psíquicas que podem indicar como e porquê esse tipo de ligação une sentimentos opostos como uma única expressão com duas facetas. Porém, antes de ingressar no domínio do inconsciente, a princípio é preciso entender a posição do *desejo*, enquanto ator central desta cena. Deste modo, é preciso entender como ele se desenvolve no sujeito e porquê. Será através dele que iremos observar a disputa entre estes sentimentos e como ela acontece.

De modo breve, pois o objetivo não é se aprofundar na raiz deste processo, mas somente utilizar seu mecanismo para o entendimento dessa configuração, o desejo origina-se nas pulsões, que podem ser entendidas como a “desnaturalização do instinto”, como posto por Garcia-Roza (2009, p. 120). Ou seja, elas se afastam da simples satisfação das necessidades biológicas do ser humano e estão diretamente ligadas com a construção da estrutura psíquica do sujeito. Deste modo, as pulsões, por sua vez, têm um objetivo a ser cumprido e, para que isto seja possível, elegem um objeto central para se realizarem, contudo não são acessíveis na camada consciente, ou seja, elas jamais se mostram por elas mesmas e estarão sempre recobertas por seus respectivos representantes psíquicos e afetos. Os afetos, por sua vez, podem sofrer alterações em seus significantes que conduzirão a forma como o sujeito expressa seu desejo para o

mundo exterior. Utilizando uma definição mais elaborada, temos o desejo como inconsciente:

Em Sigmund Freud, essa ideia é empregada no contexto de uma teoria do inconsciente para designar, ao mesmo tempo, a propensão e a realização da propensão. Nesse sentido, o desejo é a realização de um anseio ou voto inconsciente. [...] o desejo é, antes de mais nada, o desejo do inconsciente. Tende a se consumir e, às vezes, a se realizar. [...] Daí essa definição que não variaria mais: o desejo é o desejo inconsciente e a realização do desejo. (ROUDINESCO & PLON, 1988, p. 146)

Embora as pulsões sejam perenes, ou seja, elas mantêm-se fixas através do tempo, independentemente do que pode haver no exterior do sujeito, suas manifestações se tangibilizam por meio de representantes ideativos e afetos que podem sofrer mudanças ao longo do tempo e ganhar novos contornos pois, por sua vez, dialogam diretamente com a cultura e estímulos externos.

Uma possível transformação operada sobre a pulsão sexual em seu representante ideativo é a reversão em seu oposto. Para Freud (1915, p. 5) esta mutação sobre os afetos, no caso específico sobre o amor, admite três oposições distintas quanto à transformação de seus significantes com relação ao seu objeto e que são elas: ódio, ser amado e indiferença. Tendo este conceito como base, podemos, então, observar que na posição de objeto da pulsão, a mulher estará no centro da ação desses afetos que a ela serão direcionados, e ao considerar cenários de violência doméstica, podemos assumir que este tipo de inversão acerca do representante da pulsão tomou forma em algum ponto deste processo. Seria excessivo fazer qualquer asserção sobre o modo como o próprio sujeito masculino compreende esta dinâmica, no entanto, podemos especular que ele sequer consiga entender o cruzamento destas fronteiras ultrapassadas pelo seu desejo. Assim, o desejo se relaciona diretamente com a noção de amor, e, de acordo com Rios (2008, p. 2), articulam-se do seguinte modo:

Para a psicanálise (Freud, 1914), o amor é o sentimento e ação de investimento de energia psíquica (libído) sobre um objeto. [...] O amor é fonte de prazer e alicerce da construção permanente da identidade. Seu fracasso pesa sobre essas duas condições básicas para o bem-estar psíquico humano.

Este processo não é necessariamente percebido na camada da consciência do sujeito, que sequer tem acesso a este tipo de movimentação, sendo algo que ocorre a

nível do inconsciente, e por esse motivo esses dois sentimentos conflituosos confundem-se no discurso, e conseqüentemente, no campo simbólico coletivo, por originarem-se do mesmo ponto. Os contrastes entre a sensação do sentimento de amor em contraponto com o de ódio não são tão bem definidos como poderia ser presumido pelo fato de, ao menos no sentido mais recorrente dos termos, serem conceituados como opostos. Porém, é ainda interessante observar que o fato de serem classificados desta forma implicam que tenham uma ligação de natureza fundadora entre si. A estrutura de dominação masculina faz uso desta ambigüidade intrínseca da ideia de amor para valer-se de uma estratégia de confusão sobre sua aplicação no meio social. Não é incomum que narrativas partam deste ponto para justificar ações cruéis e violentas que são categorizadas como uma forma de expressão de amor em seus termos mais primitivos, como se houvesse algo de naturalmente violento na ideia de amar enquanto possibilidade concreta do sujeito.

Ademais, é conveniente retomar por um instante o conceito de pulsão e complementá-lo com a reflexão feita por Nasio (1997, p. 123) onde o autor destaca os três tempos da pulsão: atormentar, ser atormentado e atormentar-se a si mesmo. Podemos observar que o próprio sentimento de amor é atravessado por esta definição como uma linearidade inevitável a ser manifestada a nível narrativo no tocante às relações. Sobre o primeiro tempo, é pontuado que o "atormentar" manifesta-se por meio do sadismo e da pulsão de dominação, que tem como objetivo possuir o objeto e a "vontade de vencer o Outro e dominá-lo", conforme colocado pelo autor. Esta é uma questão interessante pois desvenda, em partes, a natureza de como o amor virá a manifestar-se: o significante de amor está carregado de uma origem que remonta diretamente à pulsão de dominação e, portanto, ele possui diversos traços que apontam para o desejo de controle, poder e autoridade sobre o outro. Além disso, a proximidade com o conceito de posse, a nível psíquico, também é pertinente para entender a rápida afinidade que ele encontrou com a ideia de posse enquanto propriedade privada.

É a partir desta conjunção da formação entre a pulsão, o desejo e seus afetos que as ações do sujeito serão expressas na materialidade do real, projetando-se para fora do psiquismo do indivíduo no campo da cultura, ou seja, são impulsos que nascem dentro do inconsciente e que irão nortear as relações sociais. Essa passagem de um campo a outro, contudo, não deixará que o sujeito saia ileso, ou melhor, que o desejo consiga encontrar seu caminho sem que haja mutilação de significantes e repressão de seu

estado natural. Ademais, partindo dessa ideia, não há nada que defina, inclusive, o amor como algo intrinsecamente positivo ou saudável. Ele é somente um afeto que depende, sobretudo, de três elementos que são a relação do sujeito com o próprio desejo e, portanto, seu objeto do desejo, a relação do sujeito com o outro e, por fim, um negativo do seu oposto, ou seja, somente é possível conceituá-lo a partir de uma comparação de oposição com o sentimento de ódio. Freud, por exemplo, limita-se a colocar o amor somente como uma forma de investimento libidinal sem agregar nenhuma qualificação positiva ou negativa à definição, e, ao observar a forma como esse sentimento articula-se na realidade, podemos constatar que é frequente que ele se mostre de modo ambivalente, deixando à mostra sua face obsessiva e perversa que visa a destruição do objeto como algo que causa, simultaneamente, uma experiência confusa e limítrofe entre o prazer e o desprazer.

Contudo, não existe um destino limitante per se que se imponha como o único possível para o amor. Por mais opressiva que a estrutura patriarcal seja, o amor não necessariamente se manifestará por meio da agressividade e da violência. Apesar de a neurose fundir-se com o sentimento amoroso desta forma e, por consequência, ter como resultado a violência contra mulher como uma saída viável para as contradições inatas a qualquer sentimento, ela também pode se manifestar pela sublimação, quando é expressa pelo sujeito de forma transformadora e positiva, podendo ser o berço da criatividade e da exploração artística, apenas para citar alguns exemplos do potencial positivo latente que há na sublimação. Essa manifestação não apenas é desejada, como é possível de acontecer quando os sentimentos, em sua forma mais crua, são elaborados pelo sujeito e podem se desenvolver no campo do pensamento, criando, assim, novos caminhos para que a neurose seja processada de modo a diminuir o sofrimento que causa ao próprio indivíduo e ao outro que, neste cenário, é torna-se objeto sobre o qual o sentimento negativo será descarregado. No texto *A natureza normativa do amor evolucionário*, Jungk (2018), argumenta que:

No caso de objetos avaliados negativamente, as emoções-signo podem gerar interpretantes dinâmicos tais como atitudes evasivas, de repulsa e até violentas. Portanto, emoções incluem avaliações, apreciações, e implicam valores normativos, geralmente adotados de maneira acrítica, que podem ser adequados ou não em relação ao valor que eles atribuem aos seus respectivos objetos. [...] Emoções morais são adquiridas através da experiência social, e variam historicamente em cada sociedade. (p. 353)

Assim, a autora desenvolve a possibilidade de transformação voluntária dos afetos por meio do processo de elaboração dos sentimentos normativos. Deste modo, é então apresentada uma saída para dar vazão e organizar de forma não-negativa e violenta os conflitos que causam tanto sofrimento e perturbação, sobretudo para uma grande parcela dos indivíduos masculinos no seio de uma sociedade inundada pela normatividade patriarcal, que lhes coloca em uma posição sobre-determinada, como se a agressividade fosse, na realidade, a única alternativa existente.

Porém, é no interior desta dialética conflituosa que o agressor agirá de forma inundada pelos sentimentos em desequilíbrio. O propósito do objetivo da pulsão, seja ele qual for independentemente de amarras sociais que lhe sejam impostas ou que possam perturbar sua expressão natural, é sempre atingir o prazer, pelo menos segundo o que o inconsciente do sujeito julga ser prazer, que pode ou não ser compatível com a sua própria percepção consciente. Esse prazer intenciona que o sujeito encontre sua completude, entretanto, há um potencial destrutivo e aniquilador neste princípio que aponta para um final trágico ao atingir esse estado de total descarga energética, e, portanto, é justamente por este motivo que é impossível alcançar esse estado. E, assim, onde há vida, há morte, ou seja, a pulsão de vida e de morte são muitas vezes como dois lados de uma mesma moeda, e o mesmo é válido para o modo como os afetos desenvolvem-se. É na promessa desse estado harmônico que o sujeito irá atuar nesse cenário — não necessariamente de modo consciente, mas seu inconsciente o lança para que, impulsivamente, ele sinta a descarga de energia que deve preencher aquela falta. A imagem da mulher neste caso é encarada como um alvo para o investimento desta energia e, ao mesmo tempo, é vista como causadora daquele sofrimento que, na realidade, parte inteiramente do próprio movimento do inconsciente masculino quando colocado em uma situação que, para seu ego, é encarada como um desagrado. Este sentimento de alívio após a descarga de energia, porém, não acontecerá de fato. Em muitos casos de feminicídio, o agressor comete suicídio ainda logo após tirar a vida da vítima — a aniquilação completa de qualquer energia que exista no circuito pulsional.

A sexualidade delinea-se a partir da lógica do desejo com relação ao objeto e será com enfoque neste contexto que olharemos para a questão narrativa do feminicídio, ou seja, como uma expressão desarmônica da mesma. Ou seja, o desenvolvimento da expressão da sexualidade masculina no contexto patriarcal porta de modo intrínseco essa ambivalência dos afetos, o que age de modo a naturalizar determinados

comportamentos. Observemos narrativas do passado por um instante para entender essa dinâmica. Desde os primórdios da cultura, o amor, ou melhor, a paixão amorosa é entendida como uma união entre o prazer e o sofrimento causado por ela. Como exemplo dessa concepção, podemos analisar a figura mitológica de Eros, portador de um arco e flecha que, despido da perspectiva simbólica, se olhado literalmente pelo que representa, não é nada mais do que uma arma de caça para abater animais.

O sentimento do arrebatamento do amor apaixonado nessa história anda ao lado da morte, do abate do outro enquanto signo do objeto amado. Em análise sobre a estrutura dos contos de fadas, Lacan (1988, p. 222) destaca o papel fundamental nessas narrativas dos sentimentos de agressividade, destruição e crueldade e põe que "o homem, com efeito, é tentado a satisfazer no próximo sua agressividade, a explorar seu trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apropriar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo". Com isso, podemos especular sobre as bases para começar a entender historicamente a combinação destas emoções que, embora sejam lidas como opostos, operam quase como sinônimos complementares. Tendo no horizonte essa linha tênue que separa a violência do amor, é pertinente aqui retomar a transformação exercida sobre os representantes psíquicos da pulsão, uma vez que, embora haja diversos fatores internos e externos que exerçam influência neste processo, a cultura é certamente um sopro que favorece a mudança nesta direção e que, por consequência, fará com que o significado de amor seja carregado de contradições.

Nesse aspecto, é a cultura, como colocado por Nasio (1997), que dita a regra de quem se ama. O preço a ser pago por isso é viver em uma inadequação constante entre aquilo que se deseja e o que se pode ter, cenário que favorece essa inversão dos representantes da pulsão em seu oposto. O que poderia ser experienciado como uma excitação positiva para o sujeito, converte-se em angústia e desgosto quando colocado no pano de fundo do ambiente social, pois esta afetará a forma como o Eu enxerga sua relação com o próprio desejo, e, também, com o outro. A cultura tem, portanto, imenso potencial de direcionar afetos, desviando-os conforme o que for conveniente para a manutenção do status de poder de um grupo dominante.

Em uma sociedade patriarcal calcada na violência e exploração da mulher como um ser humano inferior e descartável, essa equação se resolve em um resultado

carregado de ódio contra as mulheres escondido por debaixo de uma narrativa de amor e exaltação afetiva, colocando-as em uma posição contraditória. Soma-se a isso a questão de que quem detém o poder são os homens enquanto grupo e, portanto, é a partir de suas vontades e desejos que a estrutura cultural será desenhada, ou seja, as narrativas, leis e convívios serão sempre balizados a partir da perspectiva masculina na qual é a mulher que deve subjugar-se às vontades de seu desejo como forma de concretizar sua dominação na realidade, e não o contrário. Nesse sentido, Freire Costa (1986, p. 24), aponta que "a violência não tem outra causa senão a satisfação dos impulsos e desejos destrutivos do homem. Os motivos 'vis' ou 'nobres' são racionalizações (no sentido psicanalítico), destinadas a justificar, perante a consciência, a existência dessa destrutividade".

É possível, então, delinear um paralelo entre a reação masculina nesse contexto com a construção narcísica do Eu, perpassando a relação que essa estrutura psíquica estabelece com o objeto. Podemos, então, colocar que "de certa forma, toda escolha apaixonada de objeto de amor revela uma captura narcísica (Freud, 1914) — inconscientemente, vejo no outro o que eu sou, o que eu fui, o que eu gostaria de ser ou o que gostaria de possuir", segundo Rios (2008, p. 2). Partindo desse conceito, é interessante observar o uso da expressão "gostaria de possuir", pois parte dessa dinâmica apoiar-se-á nesta ideia para definir o modo como o indivíduo irá se relacionar com o objeto. Assim, muito do conceito de amor, sobretudo em termos da estrutura patriarcal, gira em torno da ideia de possuir e consumir o objeto "amado", como forma do sujeito incorporá-lo em si mesmo. De acordo com Nasio (1997, p. 39), o sentimento de amor pelo outro pode ser descrito do seguinte modo: "progressivamente, respondemos e nos apegamos a essa pessoa até incorporá-la e fazer dela uma parte de nós mesmos". Ou seja, a escolha do objeto do desejo, nesse caso, passa por um processo que, simultaneamente, afasta e aproxima o outro do núcleo do sujeito, pois haverá sempre uma relação de distanciamento e, também, estranhamento com o outro, enquanto o indivíduo tentará, de alguma forma, apropriar-se dele como parte de si mesmo através deste processo.

Retomando brevemente o mito de Eros e Psiqué, o próprio amor também se expressa como algo doloroso para quem o vivencia. No mito, os amantes sofrem de uma imensa angústia causada pelo seu envolvimento amoroso. Acerca desta delicada equação, Nasio (1997, p. 62), novamente, coloca que a dor de amar causa um afeto que

resulta na brutal ruptura que nos liga ao ser ou coisa amada, sentimento que é aprofundado pela conexão com o objeto decorrente dessa ligação amorosa, que tende absorver o outro como parte do próprio sujeito. Portanto, toda a ação contra o outro terá algo de reflexivo que incide sobre quem a pratica, seja como forma de auto-punição ou como prazer de infligir sofrimento. Seguindo ainda esta mesma linha, em *O Mal-Estar na Civilização*, Freud (2010, p. 16) acrescenta que "no auge do enamoramento, a fronteira entre Eu e objeto ameaça desaparecer", ou seja, a dor pode ser sentida como uma violação da integridade causada a si mesmo, como por um impulso masoquista de livrar-se daquele afeto que causa tamanho desequilíbrio da corrente de energia do circuito pulsional que é vivido pelo sujeito como algo brutal e insuportável de ser encarado. Nesta mesma linha, é possível também acrescentar a visão de Fromm (1958, p. 78), na qual o autor afirma que "no amor erótico, duas pessoas que eram separadas tornam-se uma". Ou seja, podemos observar a dissolução da fronteira que separa o eu do outro, contudo, isso irá apenas acentuar a ilusão do sentimento de completude e, por conseguinte, dor da separação que o indivíduo irá sentir no momento da ruptura desse cenário fantasioso.

Neste contexto em particular podemos entender a violência como uma articulação conflituosa da realização do desejo entre as instâncias psíquicas do ego e superego — o que uma deseja é proibido pela outra de se concretizar plenamente pela estrutura da cultura, uma vez que no contexto patriarcal, a mulher é colocada como um ser abjeto e inferiorizado, causando, assim, um antagonismo entre o direcionamento do desejo do inconsciente e aquilo que o campo simbólico estabelece, colocando essa ligação como algo intrinsecamente inaceitável. A própria cultura, então, intervém nessa disputa apresentando a solução para a dor causada pela frustração: a aniquilação do objeto. Garcia-Roza (2009, p. 141) coloca que:

é pela ação de assimilar o objeto que o homem se vê como oposto do mundo exterior. [...] Nessa medida, toda ação surgida do Desejo é uma ação 'negatriz', pois tem por objetivo a destruição ou transformação do objeto para que o desejo possa ser satisfeito.

Acerca do problema da aniquilação, Beauvoir (2016, p. 109) ainda acrescenta que essa forma de violência constitui uma forma de diferenciação entre o eu e o outro. Assim, a autora elabora que a "violência cometida contra outrem é a afirmação mais evidente da alteridade desse outrem". Embora essa ideia seja trabalhada de modo conceitual, a nível

psíquico — seria arriscado utilizar o termo simbólico aqui pela possível ambiguidade que causaria com o conceito lacaniano — a cultura, de forma análoga, materializa esse conflito no extermínio do corpo do outro que causa angústia. Deste modo, o desejo, ou, melhor, o conceito de amor, atravessado por essa cultura que vê na mulher uma figura sem valor, jamais foi um afeto positivo, mas sim de ódio e violência contra o outro.

3.4 - Patriarcado como catalisador do desejo

As próprias regras de funcionamento da cultura patriarcal são conflitantes em si mesmas. Sua estrutura privilegia a angústia como fator limitante para o desenvolvimento das paixões, isto é, ela opera através de proibições para manter-se vigente, suprimindo quaisquer possibilidades de transgressão que possam representar qualquer forma de ameaça à sua estrutura de poder. Ou seja, é o medo do outro, da mulher, enquanto potência de desestabilizar a formação da dominação masculina que causa essa divergência, de modo a transformá-la em um símbolo que deve ser combatido na iminência de qualquer possibilidade de identificação que supere a barreira da questão de gênero, pois isto resultaria numa quebra da ideia ilusória da superioridade masculina.

Ao olharmos especificamente para o lado da cultura ocidental, onde a moral religiosa teve, e ainda tem, forte influência no processo de construção dessa articulação e como ela acontece, o sentimento de culpa é um forte ingrediente que leva à censura e condenação dos desejos. Acerca dessa questão, Santaella (2004, online) coloca que:

Freud (1968b) chamou de mal-estar o desconforto produzido pelas renúncias pulsionais que o indivíduo é levado a realizar em prol do sistema de interdições que constitui a civilização, isto é, das normas e valores sociais impostos e internamente absorvidos pelo supereu, este uma extensão da autoridade paterna. [...] Enquanto as pulsões sexuais são parcialmente sublimadas e transformadas em ideais coletivos, as agressivas são recalcadas e transferidas para o supereu que as dirige contra o próprio indivíduo sob a forma de sentimentos de culpa.

Essa culpa internalizada pelo supereu move-se no sentido de colocar o sujeito como agente ativo da violência contra o outro, uma vez que é, segundo as normas vigentes no meio cultural, cria-se a noção de que é mais fácil lidar com o objeto que causa desconforto do que com a própria realidade contraditória do desejo. Com isso, a

morte do outro enquanto objeto é uma saída mais do que viável para que o desejo cesse de uma vez por todas sem que o sujeito precise entrar em conflito consigo mesmo. Essa regulação não precisa sequer ser mediada, no sentido de interferência material direta, uma vez que fica à cargo da própria tensão entre superego e ego que se encarrega de dar fim à causa do sofrimento: o desejo pelo outro enquanto algo proibido e potencialmente ameaçador.

Essa condição ambígua fomenta o surgimento da violência neste cenário de desigualdade de gênero, incentivando e aniquilação de mulheres enquanto grupo, posto que há um constante conflito insolúvel entre o desejo masculino, a condição feminina como objeto passivo e a construção da heterossexualidade, esta que, paradoxalmente, condena e estimula comportamentos, ações e sentimentos ambíguos acerca da mulher — se, por um lado, ela é odiada, posta como alvo da violência e vista como perversa, por outro, é o único objeto socialmente aceito para o desejo masculino, embora este desejo seja transbordado pelo sentimento de ódio e repulsa de modo sistêmico. Neste ponto, Bourdieu (2012, p. 66) comenta que, para o homem, o sentimento de amor em si mesmo já é algo que é experienciado como algo desvirilizante, ou seja, o ato de amar já o coloca em posição de desconforto com relação à lógica de poder e dominação da sociedade patriarcal.

Assim, esse trágico fim para solução deste conflito é o único capaz de cessar de uma forma permanente com todos os conflitos levantados acerca da questão da mulher nessa realidade construída para favorecer a dominação: o objeto exterminado não representa mais ameaça para consumação do prazer; a posse se torna plena apenas na impossibilidade de que quaisquer outros tenham acesso àquela mulher e, por último, a cultura de dominação se faz corpo com um ato último de poder pelo domínio da vida e morte. Assim, é pela via do feminicídio que o homem que teve sua subjetividade constituída a partir dessa estrutura de dominação torna-se sujeito dominante de si mesmo, do outro e da natureza. É através desse ato que o agressor é coroado pelo superego idealizado como detentor do poder simbólico daquela narrativa, como uma espécie de superação conquistada pela agressividade.

Zizek (2014, p. 1311) descreve o outro enquanto um "intruso traumático" cujo modo de vida e o gozo difere daquele experimentado pelo sujeito, o que resulta em uma situação de perturbação, e, complementa que, dado este contexto de conflito, estar em

posição de proximidade demais com o outro pode desencadear uma reação agressiva no sujeito, uma vez que este vê-se ameaçado. Partindo disso, o autor ainda coloca que, portanto, uma das estratégias então adotadas pelo sujeito é a de distanciar-se do elemento que lhe causa incômodo. De forma análoga, podemos entender este próprio sentimento de estranheza e desconforto como um tipo de gozo masoquista da cultura patriarcal, pois, o movimento de evitamento, como colocado por Lacan (1988, p. 69) é, por si mesmo, regido pelo princípio do prazer no interior de uma lógica compulsivo-obsessiva no que diz respeito ao objeto do desejo. Portanto, há algo nesta dinâmica de aproximação e afastamento que gera algum nível de energia pulsional, contudo, a cultura patriarcal promove um deslocamento desse alvo para a figura feminina. Assim, o homem enxerga na mulher uma capacidade de gozo fora de seu campo de alcance, o que o levaria, portanto, a adentrar em uma estrutura conflitante com relação a ela por entendê-la como algo que está além de sua própria capacidade de gozar. Adiante, Zizek (2014, p. 1886), partindo da perspectiva do sujeito, descreve essa relação do seguinte modo:

O sujeito não inveja a posse pelo Outro do objeto investido enquanto tal, mas antes o modo como o Outro é capaz de gozar o seu objeto, e é por isso que não bastaria roubar o objeto e assumir a sua posse. O seu verdadeiro objetivo é destruir a aptidão/capacidade do Outro de gozar o objeto.

É no centro desse conflito que nasce a contradição inerente à narrativa do amor da sociedade patriarcal. Há sempre algo de profundamente incômodo e desconhecido na forma e na capacidade de gozar da mulher para o indivíduo masculino e, portanto, essa relação pode ser apontada como uma possível explicação para observar a natureza do feminicídio. Essa situação foge às possibilidades de significação do campo simbólico patriarcal, uma vez que ele foi construído de forma a marginalizar e excluir os signos que remetessem à complexidade do indivíduo feminino e, portanto, existe um local constante de falta na linguagem que faz com que exista um abismo entre aquilo que se pode simbolizar por meio dela e o real do desejo.

Assim, Fink (1998, p. 22) explica que o desejo em si é moldado por fatores externos e coloca que "as palavras não são suas e não necessariamente correspondem às demandas específicas". De acordo com o autor, o desejo necessariamente passa por uma articulação posterior para que seja socialmente compreensível e comenta que "opiniões e desejos de outras pessoas fluem para dentro de nós através do discurso". Ao

relacionarmos estes dois pontos, podemos criar a hipótese de que existe algo que é inapreensível nesta relação entre o homem e a mulher que, a partir da angústia causada por essa lacuna na linguagem, servirá como combustível para a liberação da agressividade como uma tentativa de dar forma a esse vácuo causado pela falta de capacidade da cultura, e, portanto, do próprio campo simbólico, de dar conta desse algo contraditório que causa uma tormenta no indivíduo.

Essa agressividade nasce da relação e desequilíbrio entre o sujeito e o outro. Fink (1998, p. 84) coloca que o sujeito cria o sentimento de apego com o objeto para sentir-se completo, entretanto essa é uma ligação puramente imaginária que se desenvolve em termos de oposição entre o indivíduo e o objeto. Assim, o autor argumenta que é a partir da relação de identificação com o outro, ou seja, que é visto como igual pelo sujeito, que aflora o sentimento de amor e, de maneira oposta, é a partir da diferença que emerge o sentimento de ódio e rivalidade com o outro. De modo complementar, Fromm (1958, p. 79) descreve que a natureza do amor erótico como "o anseio de fusão completa, de união com uma outra pessoa. É, por sua própria natureza, exclusiva e não universal; é também, talvez, a mais enganosa forma de amor que existe". Ou seja, essa dicotomia carrega uma profunda contradição entre proximidade e afastamento que causa uma imensa tensão no sujeito. Assim, conclui-se que o próprio sistema patriarcal favorece que homens e mulheres vejam-se como elementos opostos ao fomentar o abismo de identificação que existe entre eles e, portanto, não é a realidade em si que não oferece as condições necessárias para que se desenvolva um afeto positivo entre eles, pois a identificação que poderia ser a base para isto é vetada pelos campos simbólico e imaginário que, da forma como são constituídos pela estrutura patriarcal, impedem que sequer existam os signos capazes de aproximar os indivíduos frente ao desamparo do real da diferença sexual. Assim, ao invés de atuar de forma conciliadora, a linguagem aprofunda a dinâmica de desigualdade. Lerner (2019, p. 183), ao analisar a construção dos símbolos ao longo da história da formação patriarcal, reflete que o processo de nomear é condição para caracterizar a existência de algo e, mais a frente, a autora (2019, p. 187 e 244) coloca que:

Constructos mentais não podem ser criados no vácuo; sempre refletem eventos e conceitos de seres humanos históricos na sociedade. [...] Assim, o próprio processo de criação de símbolos ocorreu de maneira a marginalizar as mulheres [...] este é o momento histórico da morte da Deusa-mãe e sua substituição pelo Deus-pai e a mãe metafórica sob o patriarcado.

Acerca deste ponto, Žižek (2014, p. 1336) dispõe que "esta simples e muito evidente reflexão sobre o modo como a linguagem funciona torna problemática a ideia prevalecente da linguagem e da ordem simbólica como meio de reconciliação e mediação, de coexistência pacífica, por oposição a um meio violento de confronto imediato e cru." E, mais a frente, retomando uma ideia de Hegel, o autor (2014, p. 1349) afirma que "há algo de violento no próprio ato de simbolização" e que a linguagem atua de forma a simplificar a coisa e, assim, que ela "difere da coisa, destruindo sua unidade orgânica". Focando na utilização da expressão da destruição da unidade orgânica, é possível observar que o processo de objetificação da mulher passa por esse mecanismo, uma vez que ela é colocada simultaneamente como causa e objeto do desejo masculino e, de modo contraditório, ela mesma enquanto indivíduo real encontra-se fora deste processo, uma vez que a posição ocupada por ela é quase apenas uma consequência de toda uma confluência de fatores externos que projetam-se sobre ela enquanto figura imaginária a quem o indivíduo masculino irá direcionar sua energia libidinal.

Essa escolha do objeto do desejo, portanto, está mais relacionada ao processo psíquico do indivíduo e sua relação de identificação e desidentificação com o outro do que à condição material da mulher e, então, é por meio da violência, como posto por Beauvoir (2016, p. 128), que o homem reivindicará seu desejo para assegurar seu local de soberania na sociedade patriarcal. Uma vez que todos os seres humanos estão à mercê de seu inconsciente, ao ser afrontado pela impotência inerente de cada um, o homem, na busca pela retomada do controle, transborda seu sentimento de angústia de forma agressiva contra o outro para recobrar o domínio sobre o Eu.

Retomando a ideia de que existe algo de inapreensível na condição da mulher, é a partir desse espaço que se foge aos processos de simbolização e que o sentimento de ansiedade e angústia frente ao desconhecido em sua forma bruta que a mulher passará a representar, de acordo com Beauvoir (2016, p. 199), será uma oposição abstrata e um obstáculo para o homem. Assim, podemos entender essa posição como se houvesse algo na figura feminina que é em si mesmo uma representação das limitações da linguagem e isso leva o homem a uma organização mental que contempla o medo e o desejo simultaneamente de forma desequilibrada para seu próprio psiquismo. A exclusão da mulher do campo simbólico é uma característica que alimenta a si própria de forma

constante, uma vez que é pela falta de significantes que dêem conta de sua existência que ela, conseqüentemente, se afastará cada vez mais desta camada, tornando sua condição ainda mais enigmática para o indivíduo masculino, reforçando, assim, a ideia de um outro com um gozo excessivo, por não estarem diretamente presas à linguagem. Nesse aspecto, Lerner (2019, p. 282), comenta que

O modo como o pensamento abstrato é moldado e a linguagem na qual ele se manifesta são definidos a fim de perpetuar a marginalidade das mulheres. Nós, mulheres, precisamos nos expressar por meio do pensamento patriarcal conforme ele se reflete na própria linguagem que precisamos usar.

É a partir deste algo além-da-linguagem que se delineia o desejo feminino; este, por sua vez, se organiza de modo anárquico com relação à linguagem e, então, por si mesmo suscita algo de violento no sujeito masculino, que enxerga naquele desejo tanto o potencial de sanar a dor causada pela falta lacunar constitutiva do ser, como a ambição por experimentar aquele gozo. Assim, podemos colocar que, de forma bastante abstrata, não é a mulher enquanto indivíduo concreto que é vista como objeto do desejo, mas sim o conceito de seu desejo. Entretanto, esse objeto coincide com a dimensão físico-material da mulher enquanto corpo e, então, será nesse cenário que acontecerá a situação de violência doméstica. É a partir dessa colocação que o sentimento de posse aflora como forma de apropriar-se e domar o real e, assim, Beauvoir (2016, p. 199) conclui que na relação com a mulher, ela é o outro através do qual o homem busca a si mesmo e que é no interior desta dinâmica que o homem "só a possui consumindo-a, isto é, destruindo-a".

Nasio (1997, p. 18) explora essa sutil conexão entre estes sentimentos conflitantes com relação ao outro e coloca que "a dor só existe sobre um fundo de amor. [...] A dor é um afeto, o derradeiro afeto, a última muralha antes da loucura e da morte". O ataque desferido contra o outro, ao deparar-se com a angústia causada por essa relação é, em última instância, uma forma simbólica de eliminar a incompletude em si ao flertar com a ideia da morte. Segundo Fink (1998, p. 83), o sujeito é capaz de ignorar sua divisão constitutiva ao apegar-se ao objeto A, criando, assim, uma ilusão de totalidade.

De forma análoga, ao observarmos a estrutura de funcionamento patriarcal, podemos concluir que sua dinâmica age deste mesmo modo ao desafiar o vazio e negar

a finitude do indivíduo. Assim, é por este fio que, no âmbito da relação entre o homem e a mulher, ela, por um lado, é colocada na posição de objeto do desejo capaz de pôr um fim ao sofrimento, porém, ao passo que isso não é uma expectativa factível de se concretizar, somada ao fato de que a própria realidade construída ao redor dessa ilusão ameaça se esfacelar a qualquer momento pelo aprofundamento deste conflito entre os sujeitos, o indivíduo masculino passar a agir em conformidade com os desejos de suas pulsões agressivas e, assim, acaba por atentar contra a vida do outro em uma tentativa de liquidar a situação de desequilíbrio que lhe causa tamanha dor.

Sendo assim, é possível entender que, de fato, existe algo anterior ao ato de violência que talvez tenha se originado em um afeto positivo do sujeito, contudo, através da ação da cultura patriarcal que, como já colocado anteriormente, é definida pelo recalque de um dado grupo, e, conseqüentemente de toda a estrutura simbólica que é um produto direto dessa organização. O homem agressor, ao encontrar-se sob tamanho tormento e descompasso entre seu desejo e aquilo que lhe é permitido socialmente, em adição com o sofrimento de ter de olhar diretamente para seu próprio abismo refletido no outro que lhe é estranho de diversas formas, desencadeará o cenário de violência doméstica e, por fim, o crime de feminicídio. E, assim, podemos concluir com Freire Costa (1986, p. 24), que "como se vê, a violência não tem outra causa senão a satisfação dos impulsos e desejos destrutivos do homem. Os motivos "vis" ou "nobres" são racionalizações (no sentido psicanalítico), destinadas a justificar, perante a consciência, a existência dessa destrutividade".

Considerações Finais

A fim de concluir a trajetória que este estudo percorreu, pode-se observar que a violência de gênero pode ser lida como uma saída que o sujeito encontra para lidar com a própria neurose de modo agressivo, redirecionando este sentimento contra o outro. Muitas vezes, este cenário fala mais sobre seu sentimento de inadequação e angústia frente à realidade opressiva do sistema patriarcal que, de um modo ou de outro, também incide sobre e molda o inconsciente de homens, embora isso se dê de outra forma. Sistema este que os transforma, muitas vezes, em indivíduos violentos e hostis para com o outro.

Observa-se que a estrutura simbólica sob a ordem do patriarcado é uma peça importante neste jogo de poder. Por fomentar um ambiente que estimula a agressividade, ela cria uma realidade na qual os conflitos naturais do inconsciente, como o sentimento de incompletude, tornam-se elementos altamente inflamáveis quando colocados em posição de tensão e desprazer. A falta de mecanismos para lidar de forma saudável com o desejo e com as pulsões levam o indivíduo a agir de modos extremos.

Ao analisar narrativas reais e ficcionais, observa-se um padrão onde os sentimentos de amor e ódio pelo outro se confundem e se misturam de modo que se cria uma imagem bastante ambígua sobre a forma de se relacionar com o objeto de desejo que, neste caso, por se tratar de relações heteronormativas, compreendem a ligação entre homens e mulheres. Estas últimas, por sua vez, acabam assumindo um papel de coadjuvantes nesta equação, onde são constantemente colocadas em posição de subalternidade por seus parceiros.

Este olhar sobre o tema mostra como nossa sociedade age diretamente sobre os afetos do sujeito, colocando-os em uma posição na qual são conduzidos e modelados de acordo com as regras da dominação masculina. Deste modo, a mulher, não apenas é objetificada, mas, também, despida de suas características individuais. Elas passam a ser somente uma imagem oca sobre a qual a cultura de dominação masculina irá despejar a culpa pelas sensações negativas vivenciadas pelo sujeito. Ao colocá-las nesta posição, toda e qualquer ação feminina contrária a essa dominação servirá como justificativa para que os agressores possam descontar suas frustrações.

Vê-se, então, que o crime de feminicídio é uma tentativa do sujeito masculino de retomar o controle, uma vez que se encontra em posição de impotência perante a magnitude das estruturas sociais, culturais e psicológicas. A aniquilação do outro é sobretudo simbólica para marcar a extensão do seu poder sobre a realidade, contudo, é possível observar que esta é uma tentativa frustrada, pois, a nível estrutural, nada é alterado. Por mais que homens usufruam de um extenso privilégio de gênero, há outros fatores como a opressão de classe que, aliados à cultura patriarcal, também incidem sobre eles e os mantêm em uma posição de violência simbólica. A questão da propriedade privada, por exemplo, tem forte influência neste cenário, pois contribui para que a mulher seja vista não como um indivíduo igual ao homem, mas como um objeto que pode ser possuído. Quando esta ideia é atravessada pela noção patriarcal que estimula a violência, um de seus resultados é o feminicídio e a violência de gênero.

Entretanto, entender os motivos que levam o sujeito a agir deste modo violento abre o caminho para vislumbrar outras formas de organização da sociedade que superem esta situação trágica. Não há destino predeterminado que limite os sujeitos e, como colocado por Lerner (2019), se a dominação masculina é produto de um processo histórico, é possível superá-la pela história. A psicanálise oferece algumas luzes para entender que há outros modos de organização psicológica para o sujeito, bem como outras saídas para a tensão causada pelo desejo do indivíduo que não necessariamente a violência. A sublimação através da expressão artística é uma possibilidade de transformação positiva destes afetos. Uma mudança gradual do campo simbólico também é possível, criando, assim, novas perspectivas positivas de relacionamentos que não sejam contaminados por significantes que remetem à agressividade.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. Tradução: Sergio Milliet. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. Tradução: Sergio Milliet. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016

BRASIL. *Lei nº 13.104*, de 9 de março de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1, Acesso em 24 de julho de 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. 11ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

FREIRE COSTA, Jurandir. *Violência e psicanálise*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.

FINK, Bruce. *O Sujeito Lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Tradução: Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro. Zahar. 1998

FREUD, Sigmund. *As pulsões e suas vicissitudes*, 1915. Disponível em <https://silo.tips/download/as-pulsoes-e-as-suas-vicissitudes-1915-sigmund-freud>. Acesso em 21/06/2022

FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização*. Tradução: Paulo César Lima de Souza. São Paulo, Companhia das letras, 2010.

FROMM, Erich. *A arte de amar*. Tradução: Milton Amado. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1958

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. 24ª Edição. Rio de Janeiro, Zahar, 2009

GIL, Gilberto. *Domingo no parque*. Phillips Records, 1968. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OztuGomczAo>. Acesso em 10/07/2021

JUNGK, Isabel. A natureza normativa do amor evolucionário. *Cognitio*, São Paulo, jul./dez. 2018. p. 340-357. Disponível em

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/40887/27835>>.

Acesso em: 18/06/2022

LACAN, Jacques. *O Seminário - Livro 7: A ética da psicanálise*. Tradução: Antônio Quinet. Rio de Janeiro, Zahar. 1988

ORTEGA, Flávia. Feminicídio (art. 121, § 2º, VI, do CP). *Jusbrasil*, 2015. Disponível em

<<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/artigos/337322133/feminicidio-art-121-2-vi-do-cp>>. Acesso em: 14/12/2020

LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da psicanálise*. Tradução: Pedro Tamen. 4ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*; tradução: Luiza Sellera. 1ª edição, São Paulo, Cultrix, 2019.

Mapa da Violência Contra a Mulher (2018). Câmara dos Deputados, 2019.

<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em: 14/12/2020

MORAIS, Yasmin. “Como o Amor está Matando as Mulheres”. *Medium*, 2018. Disponível em:

<<https://medium.com/qg-feminista/como-o-amor-est%C3%A1-matando-as-mulheres-682b4ca536e0>>. Acesso em: 14/12/2021.

NASIO, J.-D. *O livro da dor e do amor*. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Zahar. 1997

PAULO, Paula Paiva. Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. G1, 2021. Acesso em 14/12/2021.

Disponível em

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1>. Acesso em: 07/06/2021

Praia dos ossos: O Julgamento. Apresentação: Branca Vianna. [S. l.]: Rádio Novelo, set. 2020. Podcast. Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/3vEniCrUDCo7NM89KNi3gX>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

RIOS, Izabel Cristina. O amor nos tempos de Narciso. *Revista Interface*, vol. 12, online. Botucatu, 2008. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/icse/a/kYk5fRB4XmhKkHXLjSsj46w/?lang=pt>>. Acesso em: 09/08/2022

ROUDINESCO, Elizabeth. PLON, Michael. *Dicionário de psicanálise*. Tradução: Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Zahar, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 1ª Edição. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. O corpo como sintoma da cultura. *Revista CMC*, vol. 1, online. São Paulo, 2004. Disponível em

<<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/17/%E2%80%A817>> .

Acesso em: 14/12/2020

SOUZA, Dayane Santos de. História, psicanálise e sociologia: notas acerca da dominação masculina. *Revista Ágora*. [S. l.], n. 16, 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5019>>. Acesso em: 09/08/2022

TERRAY, Emmanuel. Claude Lévi-Strauss's World View. *L'Homme*, volume 193, número 1. 2010. Disponível em

<https://www.cairn-int.info/article-E_LHOM_193_0023--claud-levi-strauss-s-world-view.htm>. Acesso em: 14/12/2020

VELASCO, Clara et al. Assassinatos de mulheres sobem no 1º semestre no Brasil, mas agressões e estupros caem; especialistas apontam subnotificação durante pandemia. *GI*, 2020. Disponível em

<<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/assassinatos-de-mulheres-sobem-no-1o-semester-no-brasil-mas-agressoes-e-estupros-caem-especialistas-apontam-subnotificacao-durante-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 14/12/2020

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução: Miguel Serras Pereira. 1ª edição. Boitempo, 2014.